

Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII)

Manoela da Silva Pedroza

Introdução

Este artigo apresenta parte das conclusões de tese de doutorado em ciências sociais defendida em abril de 2008.¹ A vida na freguesia de Campo Grande não transcorreu sem problemas ao longo de mais de quatro séculos da chegada do homem branco àquelas paragens. Durante o século XVI houve inúmeras emboscadas dos nativos contra os portugueses recém-chegados, que tiveram ainda de expulsar os franceses que já ocupavam parte do território. Superada a competição colonial e a resistência indígena, o século XVII trouxe o problema estrutural da má qualidade do açúcar produzido, e da consequente dificuldade de inserção da nova colônia nos mercados internacionais. O exaurimento do ciclo do ouro, em meados do século XVIII, atingiu duramente a produção canavieira do Recôncavo da Guanabara, mas o golpe final viria com o cessar do tráfico internacional de escravos, a partir de 1850, concomitante com uma série de epidemias que esvaziaram os campos da região.

Mas olhando assim, de fora e de longe, tudo parece muito mais tranquilo do que na experiência concreta dos atores que viveram essas dificuldades na pele. O problema é antigo na prática das ciências humanas, mas permanece candente: como relacionar escalas diferentes em que se passam os fenômenos sociais, sem confiar preguiçosamente na determinação completa de uma sobre outras? Nas palavras de Giovanni Levi,

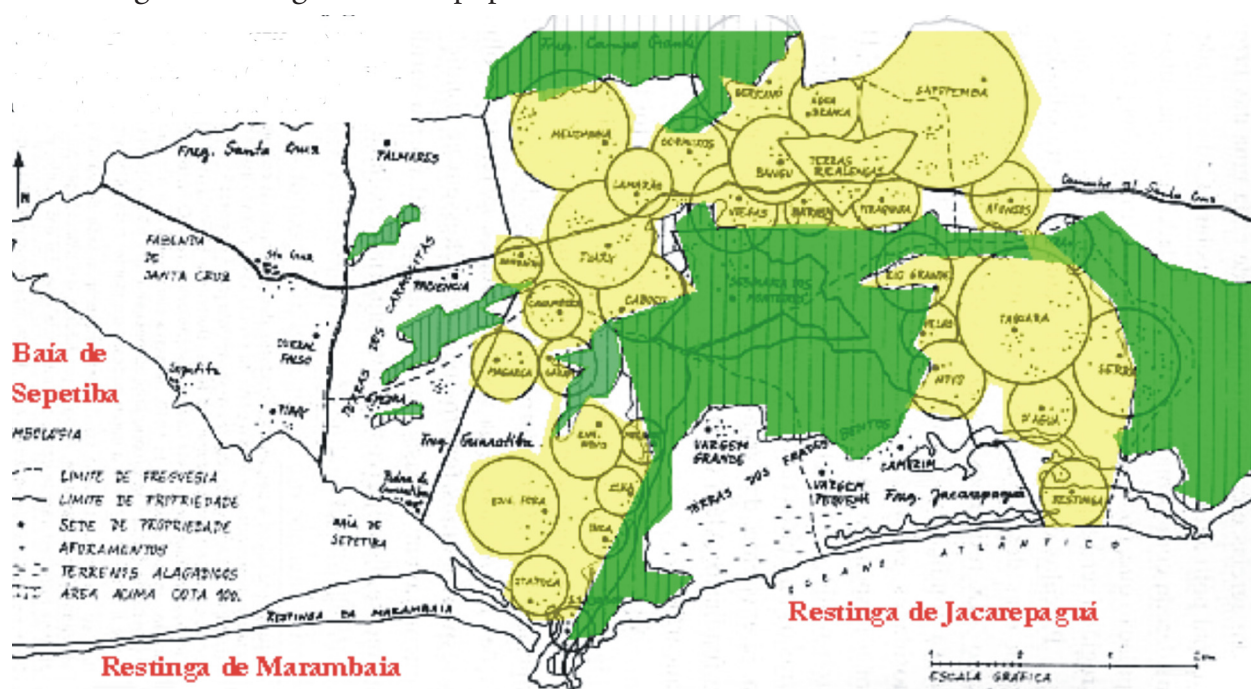
como o historiador pode descrever sistemas de grandes dimensões sem perder de vista a situação concreta da gente real e da sua vida, ou como pode entender as ações de uma pessoa em suas concepções limitadas sem perder de vista as realidades globais que pesam em torno dela?²

Fredrik Barth nos sugere que a ecologia é o cenário onde os atores agem.³ A partir de sua proposição, ao encararmos uma determinada estrutura social poderíamos continuamente nos perguntar: como os grupos em foco, sujeitos históricos portadores de valores e objetivos particulares, conseguiram construir com um mínimo de solidez a vida social local? Seguindo essa linha de raciocínio, este artigo tenta compreender as relações entre estratégias familiares e produção agrícola no século XVIII. Nosso objetivo é ver como algumas famílias mobilizaram estrategicamente os recursos mais ou menos limitados de que dispunham para consolidar redes sociais muito particulares em torno dos engenhos de cana-de-açúcar. Em outras palavras, gostaríamos de entender como estratégias familiares agiram sobre a paisagem carioca e formaram a estrutura social e agrária do início do século XIX. Partimos da premissa que determinadas paisagens agrárias podem ser encaradas como resultado de um processo ‘aberto e fragmentado’, ou, em outras palavras, como o final de um jogo em que foram negociados interesses múltiplos, por vezes conflitantes.

O Engenho de Sapopemba surgiu pela primeira vez em nossos registros como o lugar em que se celebrava o casamento de Manoel Antunes Susano e Luiza Nunes de Souza, em 1706. Nessa época, Irajá era o centro da produção canavieira do Recôncavo da Guanabara e o padre Luiz de Lemos Pereira era proprietário de Sapopemba, maior engenho da região.⁴ Irajá pode ser considerado o corpo da região colonial daqueles tempos. Segundo Ilmar Mattos, em contraposição à região colonial, base do interesse econômico do colonizador, estariam os sertões, de terras ainda não dominadas, ainda não lucrativas e, portanto, ‘desertas’, vazias de significado para esse colonizador.⁵ Os sertões coloniais historicamente foram encarados como ‘reserva’ para expansão das fronteiras da região colonial, com os inúmeros processos e conflitos sociais disso decorrentes.⁶

É fácil imaginar, portanto, que no início do século XVIII os sertões chegassem quase ao porto do Rio de Janeiro. A região colonial carioca assumia feições capilares, graças ao desenho dos rios e aos caminhos terrestres que contornavam as cadeias montanhosas, ambos vetores da interiorização do território. A colônia estava estruturada de leste para oeste (partindo do porto e do centro administrativo da vila) até a freguesia de Irajá, enquanto o 'campo grande' e os 'campos de Santa Cruz', mais a oeste, pertenciam ao que chamamos, grosso modo, de sertões cariocas.⁷

Figura 1 – Engenho de Sapopemba e demais nos sertões cariocas do século XIX



Fonte: Fridman 1999 (colorido da autora).

Oito casais devem provavelmente ter 'pedido a bênção' do padre Luiz para entrar na sua rede de afilhados-clientes, na primeira metade do século XVIII. Escolhemos como objeto deste artigo as estratégias matrimoniais dessas cinco famílias que casaram seus filhos na capela do Engenho de Sapopemba: os Antunes Susano, os Pereira Lemos, os Nunes de Souza, os Souza Galvez Palença e os Cardoso Castel Branco. É claro que essa capela é um ponto de partida, foi apenas um dos cenários de um jogo mais complexo de alianças em que esses agentes se envolveram, que tentaremos aprofundar neste texto. Dentre tantas outras, essas famílias foram escolhidas, em primeiro lugar, porque podem ilustrar com bastante precisão o processo de construção de redes de parentela paralelo ao da estruturação dos engenhos de cana-de-açúcar da freguesia. Em segundo lugar, porque precisamente essas redes de parentela tecidas na capela do Engenho de Sapopemba transbordaram aquele circuito e foram estruturantes da vida social e econômica na freguesia vizinha, de Campo Grande, sinal de sua força e elasticidade.

A fonte principal deste trabalho são registros de batismo, casamento e óbito, depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (doravante ACARJ) dos quais foram analisados dados como naturalidade e profissão dos envolvidos, os nomes de seus pais e sogros, além das óbvias datas e locais desses acontecimentos. Em se tratando do Rio de Janeiro colonial, os pesquisadores podem dispor da obra do genealogista Carlos Rheigantz, sobre as 'primeiras famílias do Rio de Janeiro'. Rheigantz coletou sistematicamente todos os registros paroquiais e compôs árvores genealógicas bastante ricas e completas, partindo dos primeiros 'colonos' em terra carioca.⁸ Esse trabalho foi tabulado em computador pelo LIPHIS, Laboratório de Pesquisas em História Social do IFCS-UFRJ, que compôs uma base de dados com mais de 16.000 entradas nominiais de moradores do Rio de Janeiro, desde seu primeiro

ascendente até o início do século XIX. As redes que conseguimos configurar a partir desses dados foram representadas graficamente nos Diagramas Patri-Matrimoniais (DPM) ao longo do texto.

Como fontes suplementares foram usados os livros de registros de batismos de escravos e livres da freguesia de Irajá nas décadas de 1740 e 1750,⁹ (também depositados no ACARJ), para destrincharmos os vínculos que se estabeleciam entre os senhores de engenhos e os homens livres e pobres do seu entorno. Dois inventários, depositados no Arquivo Nacional (doravante AN), servirão para comprovarmos os destinos e as fortunas diferentes numa mesma fratria.¹⁰ O Livro de Registro de Terras da Freguesia de Campo Grande, depositado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ),¹¹ foi utilizado para chegarmos aos efeitos agrários das redes de parentela anteriormente tecidas. Recorremos também ao texto das Ordenações Filipinas, como forma de conhecer a legislação do período colonial¹² sobre sistema de comunhão de bens do casal e, finalmente, a alguns registros no Almanak Laemmert, que nos permitiram conhecer a posição social de alguns lavradores e entrever o efeito de suas redes de passado. Almanak e Ordenações já se encontram disponíveis na Internet.¹³

Portanto, metodologicamente este artigo lida com redes, famílias, estratégias e atores, tentando fugir do tipo de trabalho que prima pela quantificação e classificação que, usando as palavras de Levi, provocam sempre a sensação de demasiado impessoais e imprecisos.¹⁴ Tentaremos chegar a um esquema analítico do comportamento que tenha por base as lógicas de ação daqueles sujeitos, sem a preocupação de abranger quantitativamente toda a população de Irajá e Campo Grande, mas sim de ressaltar alguns comportamentos que podem ser verificados mesmo dentro de uma seleção incompleta.

Ao longo de nossa pesquisa, buscamos verificar duas hipóteses de trabalho que nos remetem ao fato de que, na prática, ao lado da estrutura fundiária dos engenhos de açúcar do século XVIII, a ação estratégica daqueles sujeitos criou pontes entre o mundo do trabalho, da terra e da parentela. Primeiro, tentaremos provar que a empresa colonizadora na freguesia de Campo Grande se fez como expansão das redes de poder e de produção pré-existentes, mas não somente devido ao peso e às imposições da Metrópole e de sua dominação sobre os colonos, mas também graças à vontade e ação dos sujeitos envolvidos nesse processo. A partir da análise dos casamentos na capela de Sapopemba e dos compadrios em Irajá, veremos como se sedimentaram relações verticais entre lavradores, portugueses aspirantes e senhores já estabelecidos na região colonial, e de que maneira essas relações podiam ser funcionais para ambos.

Se parássemos por aqui, apenas confirmaríamos a perpetuação de hierarquias sociais. Mas alguns lavradores pobres – que não eram senhores de engenho – souberam ativar relações parentais longínquas para criar uma preferência para suas filhas nas escolhas matrimoniais de famílias senhoriais. Assim, nossa segunda hipótese remete a uma construção social mais original: partindo de práticas culturais estabelecidas – como a endogamia parental e a desigualdade dos irmãos em relação ao patrimônio da ‘casa’ – alguns casamentos foram o ponto de partida de reciprocidades entre desiguais, criando um vínculo estratégico em termos de terra e trabalho entre lavradores e senhores. Tentaremos provar que esses casamentos foram um trampolim para a ascensão socioeconômica de alguns filhos de lavradores e para o acesso duradouro de inúmeros parentes pobres a pequenas porções de terra senhoriais. E que os vínculos criados a partir deles foram continuamente ativados por compadrios entre senhores, lavradores e seus escravos, legados em testamento e relações de trabalho (supervisão dos escravos, fornecimento de cana), etc.

Parte I – Redes de parentela e aparentados: breve revisão de bibliografia

É necessário, em primeiro lugar, fixar alguns conceitos e ideias-chave com os quais forjamos nosso problema de pesquisa. O primeiro é que não se pode analisar a vida social como o desenrolar mecânico de uma estrutura fixa de regras infalíveis a serem seguidas, mas sim como um conjunto por vezes caótico de ações, onde jogadores devem transformar seus lances a cada novo movimento no tabuleiro. Segundo Bourdieu, o conceito de estratégia

é o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social e particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais. (...) O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita codificada (quando ela existe).¹⁵

Em nosso trabalho, lidamos com estratégias familiares. Giovanni Levi já nos aponta para a necessidade metodológica de se transcender a família nuclear e alcançar as estratégias mais gerais das famílias extensas que as envolvem. Por estratégia familiar, Levi entende a forma da família ampliada agir em solidariedade e cooperação seletiva, adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento.¹⁶ Além disso, esse historiador defende que

o que deve ser indagado é a relação entre família e contexto: as escolhas das alianças, de colaboração econômica, de amizades, ou a ruptura de ligações que se tornaram desvantajosas. Em suma, a contínua adaptação às mudanças do ambiente circundante. Nesses comportamentos, socialmente relevantes, residem as diferenças reais, as razões profundas dos destinos que distinguem uma estirpe de outra, para além de qualquer classificação tipológica. As estratégias familiares seriam precisamente as diretrizes de um inquérito que reconstrua os processos de interação, os modelos generativos dos comportamentos no interior de uma rede de interdependências funcionais no grupo doméstico e na comunidade.¹⁷

Para Laurence Fontaine, entender o tabuleiro requer também o conhecimento do meio em que se insere o jogador: basicamente, as outras famílias e a comunidade a seu entorno.¹⁸ Daí chegarmos a outro conceito importante em nosso trabalho: o de redes de parentela. O termo é antigo, originado na antropologia e já tomado por vários outros campos de pesquisa-estudos sobre alianças matrimoniais, transmissão de bens, migrações e mesmo a formação da classe operária – afinal, as redes de parentela engendram uma série de outras relações e dinâmicas sociais em seu seio: patrão-cliente, amizade, reciprocidade, crédito, trocas comerciais, através de uma quase infinita variedade de caminhos, que passam por relações consanguíneas, rituais e afins.¹⁹ Tanto ligações quanto redes de parentela são hoje considerados vetores importantes de pesquisas no campo da história social.

Este trabalho também busca inserir a prática cultural do compadrio – de batismo e casamento – como um dos liames que criaram vínculos entre famílias e as posicionaram socialmente no mundo em que viviam. O compadrio ritual é uma instituição que perpassa o globo e a história da humanidade. Tem sido estudado na antropologia desde o século XIX, mas foi nos últimos cinquenta anos que assumiu seu peso sócio-cultural na história social.²⁰ Giovanni Levi realçou o papel fundamental dos padrinhos de batismo como nós de redes complexas, que ensejam, ao mesmo tempo, reforçar antigas alianças e criar novas, horizontais – de amizade ou reciprocidade entre parentes ou amigos de mesmo status – ou verticais – de tipo patrão-cliente. Levi também notou que a função social dos padrinhos combinava proteção e patrimônio simbólico com funções sociais e econômicas que não podiam ser precisamente quantificadas, mas que eram essenciais para a unidade familiar.

Suas proposições suscitaram uma série de trabalhos no campo da micro-história italiana. Os historiadores italianos se detiveram, entre outros aspectos, em avaliar a importância da família e dos parentes para a assistência e formação do patrimônio material e imaterial das novas famílias, entender o funcionamento de sistemas de herança e dote, a relação entre a disponibilidade de terras e a escolha de alianças entre parentes, e a função social dos padrinhos de batismo.²¹

A discussão sobre redes de parentela se faz mais presente no seio da história rural, onde pequenas comunidades parecem ser mais gerenciadas por instâncias mais informais e personalizadas de poder. Parte da historiografia norte-americana mostrou-se bastante sensível ao problema da relação entre comunidade rural e redes de parentela. Darret Rutman, buscando sintetizar conclusões de muitos trabalhos acadêmicos que versaram majoritariamente sobre o período colonial da Nova Inglaterra, propôs que a comunidade seja encarada como um campo de interação social, onde certo número de indivíduos mantém relações sociais em um espaço claramente circunscrito. A tarefa do historiador de comunidades ru-

rais consistiria, portanto, em elucidar a natureza dessas relações sociais e a sua evolução no tempo.²² As comunidades rurais – na colônia britânica – teriam características básicas comuns: eram fechadas (pouca relação e pouca influência dos acontecimentos externos) e criaram relações sociais intensamente personalizadas e estruturadas em redes de parentela e-ou clientela.

As comunidades rurais da Nova Inglaterra possuíam muitos traços semelhantes às da Nova França, atual Québec. Gérard Bouchard, historiador canadense, propôs um modelo social para o funcionamento dessas comunidades rurais quebequenses encarando a parentela como um veículo de solidariedade comunitária, e não apenas como estrutura formal. Segundo Bouchard, a parentela deve ser pensada como uma relação social dinâmica que engendra outras relações no campo da economia e da cultura.²³ Pesquisas recentes relacionam as características das redes de parentela nas comunidades rurais com o estatuto social de seus componentes ou à organização econômica, como por exemplo, a propriedade dos bens de produção ou o modo de transmissão de bens.²⁴

No Brasil, embora a historiografia e a demografia da família e da escravidão tenham se desenvolvido muito nas últimas décadas, são ainda raros trabalhos de historiadores que tenham se dedicado a enfrentar a árdua tarefa de recompor redes de parentela e analisar seu funcionamento e influência concreta na estrutura e dinâmica agrárias. Podemos destacar, primeiro, a obra pioneira de Linda Lewin sobre as elites paraibanas no século XIX. Em seu trabalho, Lewin definiu o grupo de base familiar como sendo a família extensa e os amigos leais de um político, uma coalizão de facções menores que se formava a partir de alianças matrimoniais. Esse grupo era a unidade fundamental do sistema político informal em nível local. Em nosso caso, a utilização do conceito de redes de parentela se aproxima do grupo de base familiar conforme definido por Lewin.²⁵

Já João Fragoso uniu os fios das elites cariocas nos séculos XVII e XVIII.²⁶ Ele procurou conhecer as instituições e processos que geraram a sociedade escravista colonial carioca, a partir das trajetórias de diversos agentes que viveram naquele ‘tabuleiro’. Ele reforçou que as características daquela sociedade – fragmentação, abertura, dinamismo e conflito de interesses entre agentes –, comporiam um mosaico de ‘aldeias coloniais’, formadas a partir das estratégias de agentes distintos (senhores, lavradores e escravos) e na consequente sobreposição de múltiplos laços cruzando seus moradores, suas parentelas e suas escravarias.²⁷ Faremos também constantemente referência às famílias senhoriais. Segundo João Fragoso, trata-se de uma família na qual algum descendente masculino se tornou, em algum momento, senhor de engenho.²⁸

Alguns autores já realçaram que as redes de parentela eram cuidadosamente construídas com o objetivo declarado de serem legadas às gerações futuras. Nesse artigo, lançamos mão do termo ‘redes de passado’ com o intuito específico de discernir uma das fontes explicativas para a estrutura agrária de uma região, amálgama de estratégias patri-matrimoniais e alianças familiares a serem herdadas por um indivíduo. Em termos próximos, seria a estrutura social na forma que se mostrava no nascimento de um indivíduo, na qual pinçamos precisamente as redes sociais que envolviam o patrimônio familiar e a posição de um membro da família frente a ele.

Explicitadas as premissas teórico-metodológicas, a revisão de bibliografia, as fontes e as hipóteses que gostaríamos de comprovar com nossos casos, vamos a eles.

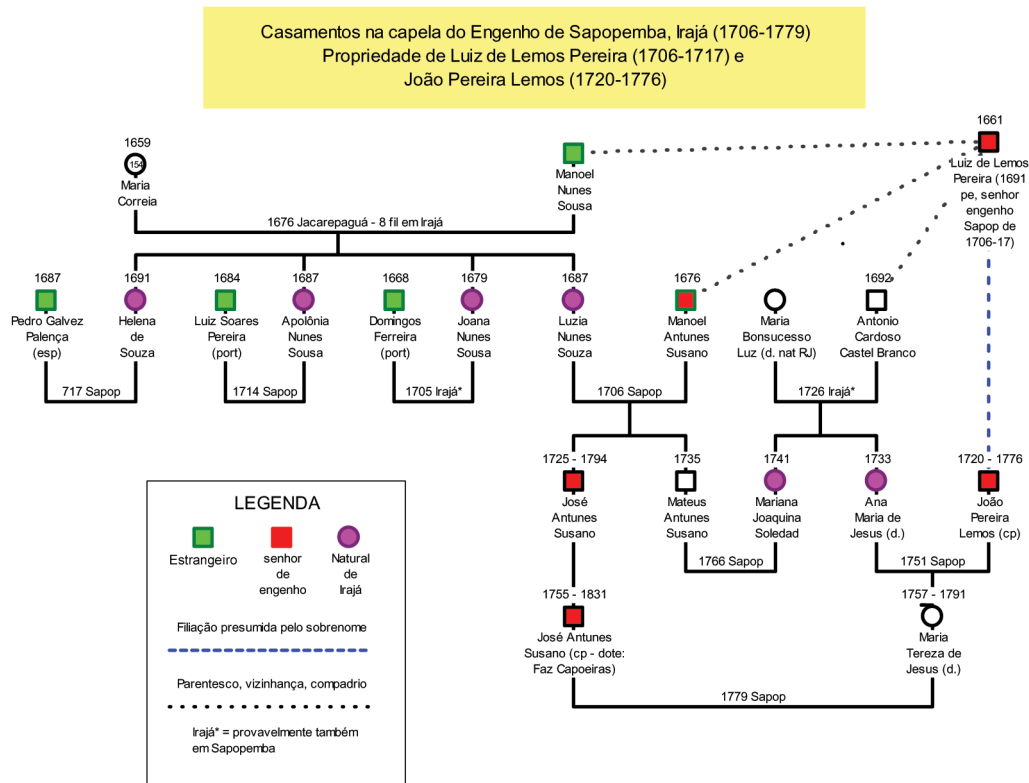
Parte II – Os casamentos na capela do Engenho de Sapopemba

Luiz de Lemos Pereira, padre, pai e padrinho

Como já dissemos, a capela do Engenho de Sapopemba surgiu pela primeira vez em nossos registros como o lugar em que se celebrava o casamento de Manoel Antunes Susano e Luiza Nunes de Souza, em 1706. Nessa época, seu proprietário era Luiz de Lemos Pereira, nascido em Irajá, em 1661.²⁹ Vejamos, portanto, um pouco das redes de passado desse senhor. Luiz pertencia a uma família senhorial. Seu avô, capitão Gaspar Pereira de Carvalho, era senhor de engenho em Pendotiba (atual município de Niterói). Depois de casadas, duas filhas de Gaspar (Andreza de Oliveira e Izabel Pereira de Carvalho) devem ter

se estabelecido na freguesia de Irajá, onde ao menos um genro parece ter fundado um engenho – de Sapopemba – e onde nasceram os netos de Gaspar – dentre os quais o padre Luiz. Sabemos seguramente apenas que, em 1691, Luiz de Lemos Pereira foi ordenado padre e que, entre 1706 e 1717, nos registros de casamento da freguesia, ele constava como proprietário da capela do engenho de Sapopemba.

DPM 1 – Casamentos na capela do engenho de Sapopemba (Irajá, 1705-1779)



Fonte: Rheingantz 1965.

Também nos parece que o padre Luiz contornou com sucesso os impedimentos da sua profissão para a sucessão do seu patrimônio. Trinta anos depois desses primeiros registros, a partir da década de 1740, João Pereira Lemos constava como proprietário do engenho de Sapopemba. João Pereira Lemos foi uma criança exposta, mas o fato de manter o mesmo sobrenome do senhor de Sapopemba (invertido), se tornar capitão e herdar o grande engenho de Sapopemba nos faz acreditar que fosse um filho natural do padre, seu herdeiro e sucessor.³⁰ João Pereira Lemos foi, inclusive, reconhecido como parente pela família do capitão-mor Manoel Pereira Ramos, sobrinho do padre Luiz, à época dentre as famílias mais nobres da colônia.³¹ A trajetória de João Pereira Lemos nos mostra o quanto as prescrições da Igreja Católica quanto ao celibato e herança dos padres puderam ser sobrepujadas por um conjunto de valores e práticas locais, legitimado pela autonomia local da comunidade cristã daquela freguesia de Irajá.

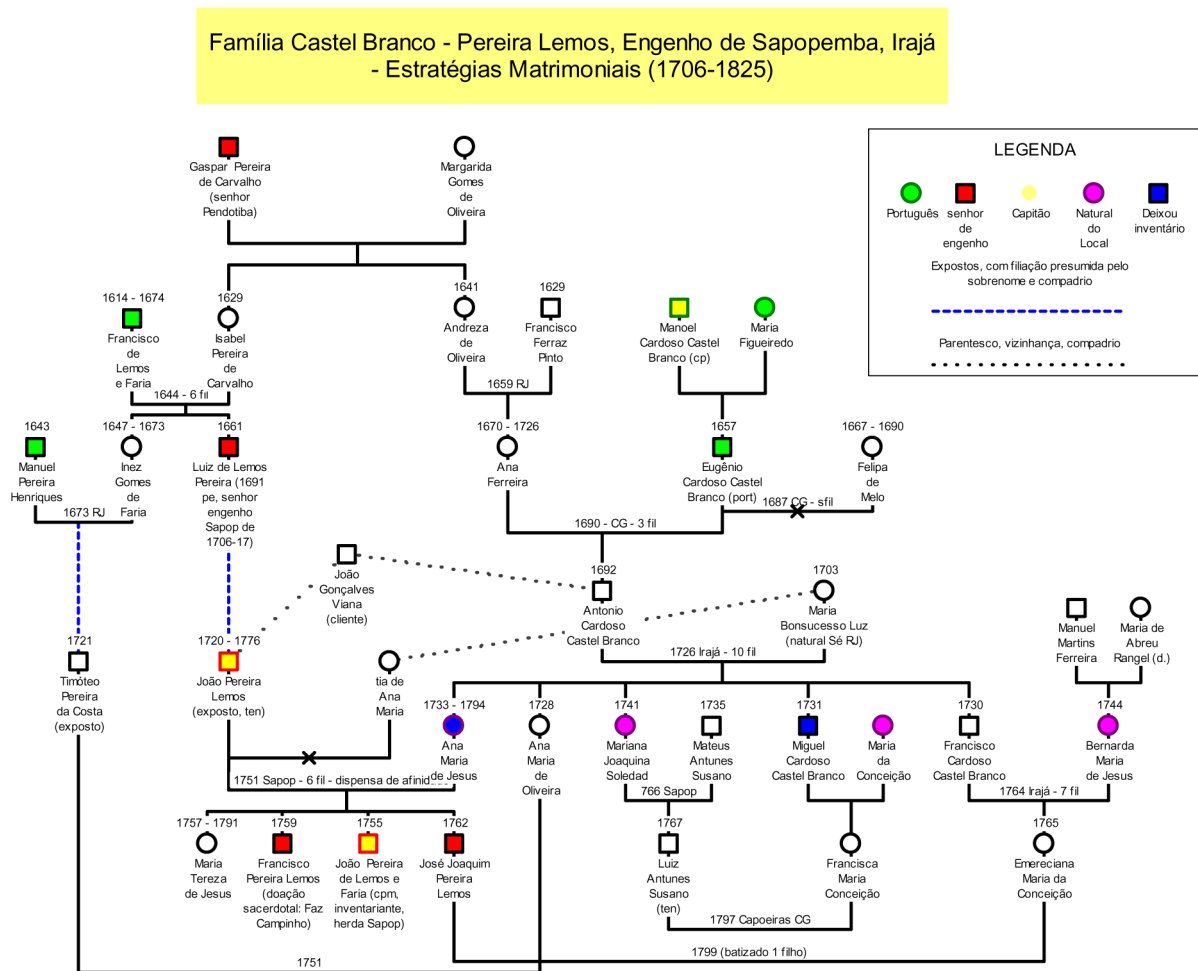
A partir da década de 1740, quando o engenho de Sapopemba deve ter passado do padre Luiz ao seu filho João Pereira Lemos, começamos a perceber o entrelaçamento cotidiano de duas famílias – Castel Branco e Pereira Lemos – pelos registros de batismos de seus escravos.³² Os compadrios de uma mesma família abastada, direcionados para outras famílias de diferentes estratos sociais, foram, sabidamente, uma das estratégias das elites para a criação de redes clientelares e para a demonstração do seu prestígio. Além disso, sabemos que mesmo membros da família ampliada e das escravarias dos senhores se envolviam nessas redes e reproduziam, com algumas variações, a estrutura familiar hierarquizada pelos compadrios.³³ Esse parece ser também o perfil dos batizados em que se envolveu o capitão João Pereira Lemos, senhor de Sapopemba, e seus próximos: suas escravas foram madrinhas dos filhos dos escravos dos lavradores vizinhos, dentre os quais, os de Antônio Cardoso Castel Branco.³⁴

Mas neste artigo gostaríamos de entender a dinâmica das redes de compadrio entre os senhores e os homens livres e pobres próximos a um engenho de açúcar, e é nesse sentido que a relação entre Antônio Cardoso Castel Branco e o capitão João Pereira Lemos será explorada.

Antônio Cardoso Castel Branco, o primo pobre vizinho

Antônio Cardoso Castel Branco e seus dez filhos gravitavam há muito em torno do engenho de Sapopemba. O pai de Antônio, português, havia se casado e se estabelecido na freguesia de Campo Grande desde 1690, provavelmente em terras próximas ao engenho de Sapopemba, já que seus escravos e os do padre Luiz trocavam afilhados entre si. Décadas depois, seu filho Antônio tinha, pelo menos, cinco escravos, e seus filhos outros tantos, batizando rebentos no mesmo local. Esses escravos praticamente não batizaram crianças de outros plantéis, entretanto, duas dessas crianças foram batizadas por escravos de João Pereira de Lemos. Tanto Antônio quanto seus filhos (todos homens livres) batizaram diretamente os filhos dos escravos de João Pereira Lemos, desde 1742.³⁵

DPM 2 – Famílias Pereira Lemos e Castel Branco, Engenho de Sapopemba, Irajá



Fonte: Rheingantz 1965; ACARJ, livros de registros de batismos de livres e escravos da freguesia de Irajá; AN. Fundo Inventários. Nome: Ana Maria de Jesus. Inventariante: João Pereira Lemos. Ano 1795. Notação 10, caixa 3636; AN. Fundo Inventários. Nome: Miguel Cardoso Castel Branco. Ano 1797. Notação 8993.

Como Antônio Cardoso Castel Branco, seu pai e seus filhos tinham alguns escravos, mas não consta em nossos registros que tenham sido senhores de algum engenho, julgamos que pudessem ter se especializado na plantação de cana para o engenho de Sapopemba, o que explicaria a proximidade entre

seus plantéis no eito e seus conseqüentes compadrios cruzados. Nesse ponto, é preciso ter em mente que a estrutura de fornecimento da cana necessária para a produção de açúcar pressupunha uma ampla rede de lavradores livres em seus partidos, ao redor do engenho.³⁶ Mesmo assim, a proximidade não os igualava, e a forma com que se apadrinhavam mostra uma reciprocidade entre desiguais, o que pode ser percebido, entre outros, pelo fato da família Cardoso Castel Branco batizar os filhos dos escravos de Sapopemba, e não os filhos do seu senhor.

Mas seriam quaisquer lavradores esses fornecedores de cana, ilustres desconhecidos com os quais se esbarrava apenas no mundo do trabalho? Não. Nem todos os lavradores vizinhos tinham a mesma proximidade com os senhores do engenho local. Antônio Cardoso Castel Branco, lavrador, e João Pereira Lemos, capitão e senhor, eram primos em segundo grau. Isso porque o pai de Antônio, português, havia se casado com uma prima pobre do padre Luiz. Os ascendentes comuns das duas famílias eram duas irmãs que se estabeleceram em Irajá, onde nasceram e se casaram seus filhos – dentre os quais o padre Luiz e a mãe de Antônio. Mais tarde, seus ramos se diferenciaram economicamente em senhores (a família de Izabel, mãe do padre Luiz) e lavradores pobres (família de Andreza, mãe de Antônio), vizinhos necessários a esse mesmo engenho. Julgamos que a vizinhança e o parentesco cumpriram o papel de aproximar especialmente os Cardoso Castel Branco dos Pereira Lemos.

A chave parental estratégica se esboçou pela primeira vez quando João Pereira Lemos se casou, ao final de 1740, provavelmente com a cunhada de Antônio, mas ela faleceu em seguida. A nova tentativa, pouco tempo depois, deu mais certo. João se casaria, em segundas núpcias, com Ana Maria de Jesus, enquanto seu primo Timóteo (exposto como João, mas provavelmente filho de seu tio) se casaria com Ana Maria de Oliveira, ambas filhas de Antônio Cardoso Castel Branco. Portanto, a relação desigual, mas estratégica, entre primos, vizinhos e envolvidos na produção do engenho de Sapopemba se completou em 1751, quando Antônio deu duas de suas filhas para se casarem com João Pereira Lemos e seu primo.

Vendo sob a ótica de uma classificação socioeconômica estática, os vínculos de trabalho e de compadrio entre Pereira Lemos e Castel Branco reafirmariam a construção histórica da concentração de riqueza e da desigualdade socioeconômica entre senhores e lavradores. Mas, na prática, ramos ou classes tão diferentes se casaram entre si. Portanto, se Antônio Cardoso Castel Branco se igualava economicamente a muitos outros clientes ou aliados pobres dos senhores de Sapopemba (que chegavam apenas a batizar escravos do senhor), nos parece que ele soube ativar relações parentais longínquas, mas estratégicas, para criar uma preferência matrimonial para suas filhas e os Pereira Lemos.³⁷ Em tese, e pelo direito canônico português, casamentos entre primos eram proibidos.³⁸ Mas Hameister comprovou que

esses interditos – no caso uma relação em impedimento de incesto por parentesco afim ou consanguíneo nem tão próximo assim – eram com frequência relevados (...) também porque, na endogamia característica dessas famílias, as elites locais reproduziam-se, dando lugar a estirpes que uniam atributos de conquistadores, primeiros povoadores ou heróis. Esses atributos, tidos como diferenciais entre eles e o restante da população, serviam para demonstrar sua posição superior, ordenando hierarquicamente a sociedade.³⁹

Por esses caminhos, Ana Maria de Jesus, filha de Antônio Cardoso Castel Branco, foi meeira dos bens do marido, seu primo em terceiro grau, o capitão e senhor do engenho de Sapopemba, João Pereira Lemos.⁴⁰ Seu inventário, de 1794, nos dá uma visão global do patrimônio do seu casal. Em seu testamento ela encomendou 200 missas por sua alma, deixou 25.000 réis a mendigos pobres da freguesia, legados a vários afilhados, expostos e, sobretudo, às sobrinhas, para seus dotes de casamento. A fazenda de Sapopemba, com 2.312 braças de testada, àquela época tinha 130 escravos, mais de duzentas cabeças de gado, casa de vivenda, capela, cavalariças, senzalas, engenho e dezenas de partidos de cana, tocados por membros da família, por lavradores livres ou pelos próprios escravos. Já a fazenda das Capoeiras (comprada pelo casal em Campo Grande, freguesia vizinha) possuía 3.690 braças de testada “*com seus respectivos sertoins*”, 112 escravos, engenho, capela, casa de farinha, casa de fazer anil, gado em menor quantidade e também muitos partidos de cana. Havia ainda um conjunto de casas alugadas na Rua

do Ouvidor e pequenos sítios plantados com cana. No total, os bens de Ana Maria de Jesus totalizavam 64.590.550 réis.⁴¹ Alguma dúvida de que Ana Maria de Jesus foi catapultada pelo casamento? E pensar que, antes de se casar, era madrinha dos filhos dos escravos do futuro marido!⁴²

Mas não basta sabermos que seu casamento foi vantajoso apenas para si própria. Para sabermos que tipo de relação Ana Maria de Jesus manteve com sua família de origem, após seu casamento, e de que forma seus familiares gozaram de uma posição privilegiada frente ao engenho de Sapopemba, vejamos o que aconteceu com seus irmãos a partir de 1751. Temos notícia do destino de três dos nove, dado que, por si só, ratifica os destinos apagados de lavradores pobres do conjunto de sua família. A primeira, Mariana Joaquina da Soledad, batizava escravos de João Pereira Lemos em 1754.⁴³ Casou-se, em 1766, com Mateus Antunes Susano, cujo pai era afilhado do pai de João Pereira Lemos, inserido, portanto, na mesma rede de clientes de Sapopemba. O novo casal se estabeleceu nas franjas da fazenda das Capoeiras, terras compradas pelo capitão João Pereira Lemos em Campo Grande. Outro irmão de Ana Maria, Miguel Cardoso Castel Branco, em 1750 também era padrinho dos filhos dos escravos do seu futuro cunhado.⁴⁴ Falecido em 1797, Miguel legou apenas 1.823.697 réis, a serem partilhados entre a viúva e cinco herdeiros, e seus bens imóveis eram apenas uma casa velha.

Os inventários dos irmãos Miguel e Ana Maria, quase contemporâneos, refletem a enorme desigualdade econômica que podia reinar no seio de uma mesma fratria. Mesmo pobre, segundo seu inventário, em Sapopemba, Miguel possuía 4 tarefas de cana para corte e mais duas tarefas de cana de seu partido na Fazenda das Capoeiras.⁴⁵ Sabemos ainda com certeza que Miguel e seu irmão Francisco, lavradores de cana, moraram em sítios nas fazendas da irmã e casaram seus filhos com filhos e netos de Ana Maria, seus primos. Suspeitamos que os outros irmãos de Ana Maria de Jesus seguiram o exemplo de Miguel, Mariana e Francisco e tocaram suas vidas em terras contíguas ao engenho de Sapopemba ou do novo engenho das Capoeiras, plantando cana.

Em 1793, pressentindo a morte, Ana Maria de Jesus escreveu um longo testamento. Ela deixou para duas irmãs pequenos legados em dinheiro. Seus sobrinhos Luiz e Luiza, que eram seus afilhados, foram mais agraciados que os outros, recebendo quantias maiores. Francisca, filha de Miguel, também recebeu da tia dinheiro para servir como dote de seu casamento. Ela casou-se com outro sobrinho de Ana Maria, e o novo casal de primos pôde ter seu partido na Fazenda das Capoeiras, propriedade da tia. Em seu testamento, Ana Maria de Jesus garantiu a permanência de seus irmãos em sítios e partidos de cana que já cultivavam e onde já moravam há tempos, dentro da fazenda de Sapopemba ou das outras propriedades do seu casal.

Assim, seus familiares, se não tiveram a sorte de poder herdar o patrimônio de Sapopemba, como a irmã felizarda, tiveram pequenos outros consolos, como dotes, dinheiro, sítios, partidos de cana e esperanças de que suas filhas se casassem com os primos ricos.⁴⁶ Na sombra da pujança do capitão João Pereira Lemos, senhor do engenho de Sapopemba, parece terem vivido quase todos os irmãos, cunhados e sobrinhos pobres de sua segunda esposa, Ana Maria de Jesus. Mesmo tão diferentes economicamente, esses lavradores alçados a parentes tiveram ao menos seus sítios e partidos de cana em Sapopemba e Capoeiras assegurados. Afinal, mesmo pobres, eram da família.

João Fragoso já nos alertava para levarmos em consideração as visões de mundo, as intenções e estratégias próprias dos estratos mais subalternos quando negociavam, ou mesmo quando se subordinavam, às elites locais. Os lavradores livres e pobres, bem como os escravos, possuíam também seus motivos, como, por exemplo, garantir a própria sobrevivência física.

A combinação entre práticas parentais com as de vizinhança e os entendimentos com frações das elites auxiliavam, em tese, a melhoria de suas vidas. Um dos indícios de tal hipótese é a influência das intrincadas redes de alianças político-parentais sobre a sociedade e a economia.⁴⁷

No caso que acabamos de analisar, a família de Antônio Cardoso Castel Branco, lavrador pobre, usou os recursos de que dispunha para se aproximar e mesmo se imiscuir aos destinos da família senhorial dos Pereira Lemos. Esses recursos não eram muitos, mas devem ter passado pelas raízes antigas

no local, pela proximidade no mundo do trabalho do engenho, possivelmente pela ‘pureza’ do sangue português e, sobretudo, pela ativação de origens familiares comuns. Essa aproximação, construída pacientemente ao longo de anos de moradia e trabalho, batizados de escravos, possíveis serviços, possíveis encontros dominicais na capela, entre outros, foi consumada por um ‘casamento desigual’, em 1751. Com a meação dos bens de Sapopemba entre o rico capitão e sua prima pobre, seus novos parentes por afinidade puderam garantir, entre outros, uma importante fonte de recursos (quem sabe o mais precioso, no caso de lavradores): o acesso à terra de trabalho. Daí defendermos que, ao lado dos engenhos de açúcar do século XVIII, uma dinâmica particular criou pontes entre o trabalho, a terra e a parentela, e que por essas pontes, alguns pobres da região garantiram seu ganha-pão e criaram mesmo um trampolim para ascensão socioeconômica de alguns de seus membros.

Mas nem só de parentes pobres se construíam as redes sociais que sustentavam o Engenho de Sapopemba. Vejamos, a partir do próximo exemplo, como se teciam redes com famílias não aparentadas.

As irmãs Nunes de Souza, moças pobres de Irajá e a força de vínculos fracos

Nem todos os portugueses que chegaram à colônia americana tinham capitais e todos os pré-requisitos para se tornarem ricos senhores. Ao menos até o início do século XVIII, a colônia permanecia pouco povoada de brancos, porque inserida apenas marginalmente nos circuitos comerciais atlânticos, devido à pouca qualidade do principal produto de exportação da época, o açúcar.⁴⁸ As moças que lá estavam, mesmo de famílias descendentes de portugueses, viviam num mundo que separava claramente o destino das filhas da ‘nobreza da terra’, provindas de famílias que tinham relação com a conquista do território, com a administração colonial e seus títulos, e as famílias de lavradores pobres.

Graças aos generosos dotes de seus pais, senhores da terra, as primeiras se casariam com os jovens oficiais recém-chegados do Reino, que se estabeleceriam como mandatários ou senhores de engenho em Irajá.⁴⁹ O que deve ter sido possivelmente o caso de Izabel Pereira de Carvalho, filha de senhor de engenho em Penitência, e matriarca do futuro engenho de Sapopemba. Para as segundas, as ‘moças pobres de Irajá’, sem títulos nem cabedais de família, escasseavam os ‘bons partidos’ de fora, o que, possivelmente, reforçava a prática de casamentos endogâmicos, ou mesmo dos interétnicos. Como exemplo, Joana Barreto de Sena e Manoel Coelho Borges, primos em primeiro grau, filhos de portugueses, casaram-se em 1696 na Candelária. Depois disso, encontramos esse novo casal batizando seus filhos em Irajá, e mais tarde, como proprietários de apenas cinco escravos, o que pode caracterizá-los como mais uma antiga família de lavradores pobres com ascendência portuguesa na freguesia, mas que manteve a prática do casamento entre primos.⁵⁰

O início do século XVIII mudou esse quadro. A descoberta e exploração do ouro das Minas mobilizou homens nas diversas atividades que engendrou. Mas, nas palavras de Fragozo,

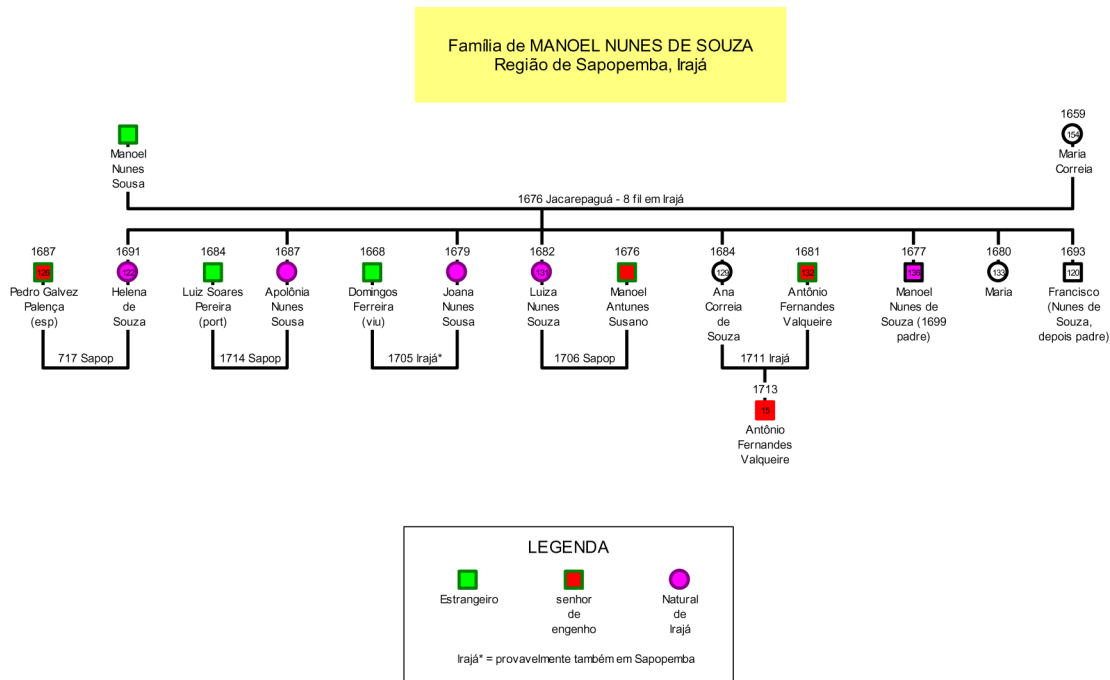
os fenômenos derivados da descoberta aurífera não se deram numa área vazia. Ocorreram numa sociedade colonial preexistente. Assim, no Rio de Janeiro, as autoridades, os grandes negociantes metropolitanos e os demais imigrantes encontraram uma hierarquia social já estabelecida. Em outras palavras, aqueles “estrangeiros” tiveram que lidar com uma nobreza, cujas redes sociais se estendiam pela capitania e por outras elites regionais.⁵¹

Sonhos de fortuna fizeram aportar em Irajá homens vindos de longe para fazer suas vidas na colônia. Mas nem só com a elite eles deviam se relacionar: a necessidade de esses recém-chegados constituírem família para se estabelecer no local abriu novas possibilidades para as filhas de lavradores pobres, que souberam alterar sua política matrimonial. Com a ajuda de seus pais, elas passaram a esperar por jovens portugueses mais promissores. Vejamos mais de perto dois desses casos.

Todas as filhas de Manoel Nunes de Souza, português, casaram-se na capela do engenho de Sapopemba, em curto período: em 1706, Luiza Nunes de Souza casou-se com o português Manoel Antunes Susano; em 1714, Apolônia casou-se com outro português, Luiz Soares Pereira; e Helena casou-se, em 1717, com Pedro Galvez Palença, espanhol. Provavelmente uma quarta irmã, Joana, também se casara na mesma capela

de Sapopemba.⁵² Desses genros, apenas Pedro não constou como senhor de nenhum engenho. Além disso, os novos casais foram todos apadrinhados pelo senhor de Sapopemba, maior engenho da época.

DPM 3 – Família de Manoel Nunes de Souza

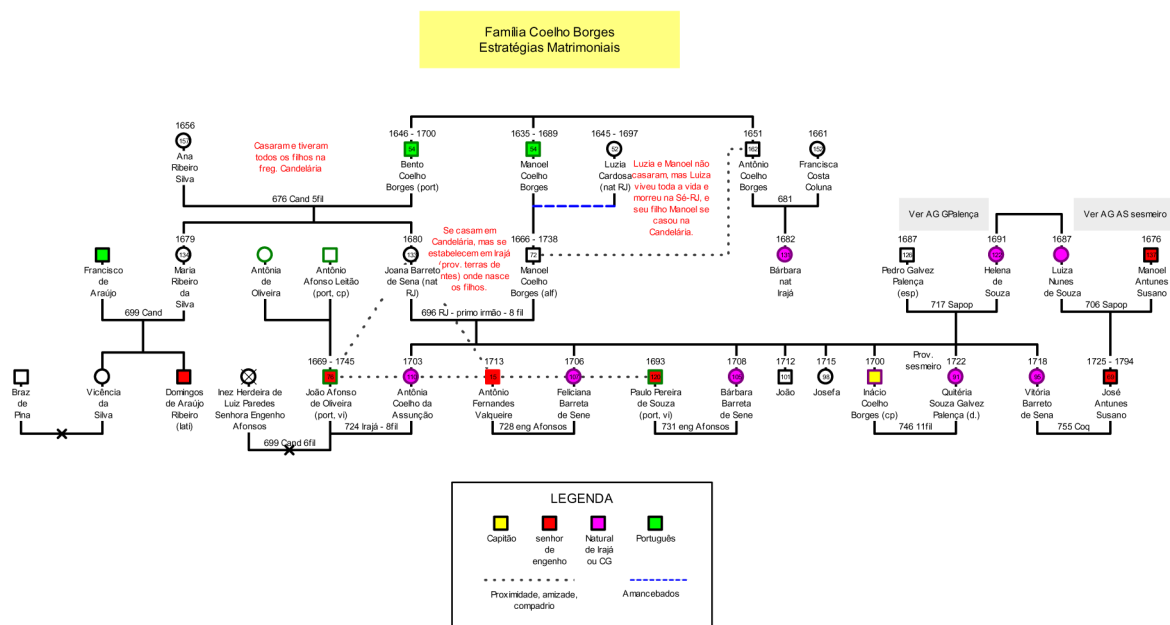


Fonte: Rheingantz 1965 (Tomo II, p. 107 a 114); ACARJ, livros de registro de batismos de livres e escravos (passim).

Assim, Manoel Nunes de Souza consolidou sua posição de aliado e parente frente aos seus genros e aos senhores de Sapopemba, com os bons frutos que isso poderia render em *status* e mesmo em terra e trabalho. Como podemos inferir esses frutos? Bem, não sabemos onde exatamente morava Manoel Nunes de Souza à época do casamento de suas filhas (entre 1705 e 1717), mas podemos afirmar que, depois de firmados esses vínculos, a família de origem (os pais e dois filhos) se aproximou das terras do engenho de Sapopemba pois, na década de 1750, encontramos os escravos do padre Francisco Nunes de Souza (filho de Manoel) batizando filhos de escravos do capitão João Pereira Lemos, senhor de Sapopemba. Na década de 1750, o mesmo padre batizou dois dos filhos do capitão João Pereira Lemos, o que demonstra sua crescente intimidade.⁵³ Pelos dados de que dispomos, acreditamos que Manoel Nunes de Sousa, lavrador português sem patentes ou maiores recursos, optou por ser o sogro pobre dos conterrâneos que chegavam à Irajá em busca de esposas para constituir famílias. Suas filhas foram doadas em série a genros promissores, que efetivamente concretizaram o ‘sonho’ senhorial.

Chamamos as filhas de Manoel Nunes de Souza de ‘moças pobres de Irajá’ não a partir de um critério quantitativo de fortunas, mas porque poucas vezes tiveram dotes expressivos, sempre se transferiram para as terras de seus maridos após o casamento e nunca passaram seus nomes aos filhos, o que demonstra os parcos capitais sociais e econômicos de suas famílias. Não é à toa que não encontramos referências aos seus familiares. Escapando do destino provável de seus pais e outros irmãos, da pobreza e do anonimato, o casamento com um recém-chegado deveria ser visto como uma forma de garantir um futuro mais confortável para essas moças, mesmo sem carregarem seus sobrenomes de origem.

DPM 4 – Descendentes de Manoel Coelho Borges e Joana Barreto de Sena



Fonte: Rheingantz 1965

No final da década de 1720, também Manoel Coelho Borges e Joana Barreto de Sena começaram a casar suas filhas. Destas, três se casaram, sucessivamente, com o senhor e dois apadrinhados no engenho dos Affonsos.⁵⁴ Essa coincidência aproxima as estratégias matrimoniais dessa família com a de Manoel Nunes de Sousa: com diferença de alguns anos, dois casais de lavradores pobres de ascendência portuguesa estabelecidos em Irajá doaram suas filhas para senhores de engenho ou futuros senhores, apadrinhados dos primeiros. Outra coincidência é que, em ambos os casos, não se conhecem os cônjuges, o destino e muito menos a descendência dos filhos homens desses casais. No caso de Manoel Nunes de Sousa, seus dois filhos não se casaram nem deixaram descendentes e, no caso de Manoel Coelho Borges, apenas um de seus filhos casou-se, caso que analisaremos mais adiante. O ostracismo dos irmãos pode demonstrar a inviabilidade da reprodução social dessas famílias pela linhagem masculina, devido, provavelmente, à falta de terras, à exiguidade da herança e à consequente impossibilidade de agregar noras e dotes relevantes, o que aumentava a importância das filhas como ‘capital relacional’.

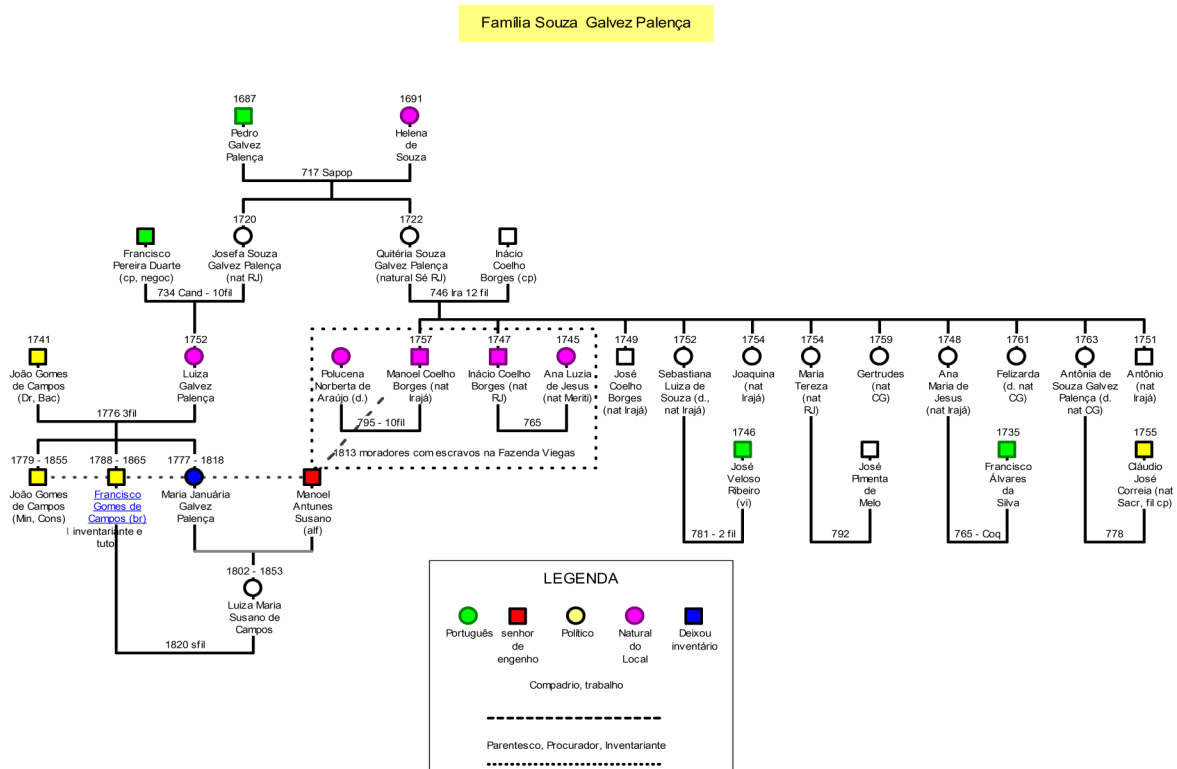
Joana Barreto de Sena, matriarca dos Coelho Borges em Campo Grande, apareceu como proprietária de apenas sete escravos entre 1740 e 52⁵⁵ e, sem terras, nenhum membro de sua família batizou nenhuma criança livre até 1759. Mesmo tendo casado três filhas com senhores de engenhos mais distantes, em Irajá, em termos locais os Coelho Borges continuaram como moradores nas terras de outrem. Nesse meio tempo, os Antunes Susano receberam a sesmaria em Campo Grande e estabeleceram seus engenhos de açúcar pela vizinhança. Que esses lavradores antigos e os sesmeiros recém-chegados se tornaram bons vizinhos é apenas um eufemismo. Mesmo que não tenhamos fontes para comprovar conflitos ou mal-estares, nos parece possível inferir que a convivência de antigos com novos senhores não deve ter sido automaticamente harmoniosa. A harmonia, se existiu, foi construída. E foi a Joana Barreto de Sena, depois de viúva, quem conseguiu unir os pontos. Seu filho, depois de muito esperar, casou-se aos 46 anos (a média de idade dos noivos era de 30 anos). Joana, a sogra pobre, recebia Quitéria como nora e com ela o prestígio de uma ‘dona’ Galvez Palença.

Mas como os Coelho Borges, lavradores de Campo Grande, encontraram os Galvez Palença, família urbana e bem relacionada, que viviam em mundos diferentes? Porque escolheriam enviar Quitéria, criada na cidade, para Campo Grande, confins da região colonial, à época? Descartando a hipótese de

um acidente, os Souza Galvez Palença deveriam possuir algum vínculo com pessoas em Campo Grande que pudesse unir as duas famílias. Por exemplo, através dos contatos entre Helena, mãe de Quitéria, e Luiza, matriarca do clã Antunes Susano, estabelecida em Campo Grande desde o casamento, em 1706, e portanto, vizinha de Joana Barreto de Sena, na fazenda do Viegas. Afinal, Helena e Luiza eram irmãs, ambas filhas de Manoel Nunes de Souza.

Quitéria foi alijada da sua parentela de origem, com mais *status*, e exportada para os confins de Campo Grande. Ela casou-se com um homem sem posses, Inácio Coelho Borges, e estabeleceu-se com o marido em terras da Fazenda do Viegas, na freguesia de Campo Grande, onde ele já morava. Por mais que Quitéria não tenha aportado um dote em terras (o que seria quase um milagre, na condição dos Coelho Borges), possivelmente o casamento foi considerado bem sucedido, com os onze rebentos que se seguiram. Seria também mera coincidência que apenas depois desse casamento a irmã do capitão Inácio se casasse com José Antunes Susano, filho do sesmeiro e senhor do engenho dos Coqueiros?

DPM 5 – Descendentes de Inácio Coelho Borges e Quitéria de Souza Galvez Palença



Fontes: Rheingantz 1965 (Tomo II, p. 111); ACARJ livros de registros de batismo de livros AP286; AP287, AP291, AP294 e AP295; Frões 2004 (passim); NA. Fundo Inventários. Falecidos: Manoel Antunes Susano e Maria Januária Galvez Palença. Inventariante: João Gomes de Campos. Ano 1819. Notação 77, caixa 3629; AGCRJ 68-3-73; Almanak Laemmert (passim).

Capitão Inácio, mesmo não tendo se tornado senhor de terras, continuou no Viegas. Vejamos o destino social de sua prole masculina: dois filhos em 1813 possuíam poucos escravos mas continuavam sendo moradores em terras da fazenda do Viegas. Décadas mais tarde, um de seus netos ou bisnetos, junto com seus irmãos, declararam ser senhores e possuidores de terras em Campo Grande por herança de seus pais. Ele era eleitor e listado no Almanack como um dos 'principais lavradores de café e mantimentos da freguesia'.⁵⁶ Parece que o vínculo com outro tipo de gente, possibilitado pela avó Quitéria, fez esses Coelho Borges mais afortunados que outros, mesmo sem abandonar a condição de lavradores. Já suas filhas, duas se casaram com portugueses, uma terceira com um filho de capitão. Uma sobrinha de Quitéria, Luiza Galvez Palença, casou-se com um rico e famoso advogado da cidade, e dessa feita es-

tabeleceu uma ponte com outra família importante, através da qual, anos mais tarde, netas e bisnetas continuariam a trafegar, consolidando esses vínculos.

Certamente, todas elas foram ‘doadas’ para as famílias de seus maridos, destino de moças pobres, mas bem relacionadas. Por isso, julgamos que o destino de Quitéria, filha de moça pobre de Irajá, estava voltado para, com seu nome, dar algum prestígio e ampliar a rede de relações da família do marido, os lavradores Coelho Borges, e também, por vias tortas, criar vínculos entre famílias de *status* diferentes. Deixamos aqui apenas a sugestão, impossível de comprovar com as fontes de que dispomos, de que uma mesma geração de ‘moças pobres de Irajá’, espalhadas pelos casamentos, sem dotes nem memórias próprias, mesmo assim tenha conseguido unir pontos inicialmente muito distantes na hierarquia social da colônia, através de uma teia miúda de contatos que criaram ligações através de gerações. Por isso, reiteramos aqui nossa hipótese inicial de que os ‘casamentos desiguais’ e as trocas de ‘esposas pobres’ não traziam conforto material apenas para a ‘moça pobre’ felizarda. Toda sua família de origem se beneficiava em algum grau por fazer parte, mesmo de maneira subordinada, de uma rede de parentela senhorial. Esse benefício pode ser lido, por exemplo, na estabilidade adquirida pelos segmentos de sítiantes nas franjas das terras dos engenhos.

Família Antunes Susano, vínculos especiais com clientes estratégicos

A relação entre o engenho de Sapopemba e os Antunes Susano foi percebida a partir do casamento do português Manoel Antunes Susano com Luiza Nunes de Souza, uma das ‘moças pobres’ que analisamos no tópico anterior, realizado na capela do engenho, sob os auspícios do padre Luiz, em 1706. Se, até aqui, vimos essa aliança do ponto de vista de Luiza e seus pais, agora a veremos segundo o olhar do noivo. Parece-nos estar frente a uma relação clientelar que se iniciava por um compadrio de casamento, mostrando que os laços de compadrio também serviam para criar novas alianças que podiam ampliar o leque de possibilidades dos noivos.⁵⁷

Neste caso, o futuro foi generoso: Em 1721, Manoel Antunes Susano recebeu uma sesmaria em Campo Grande, onde se estabeleceu. Nesse meio tempo, possivelmente também manteve-se em torno do engenho de Sapopemba, em Irajá, onde nasceram seus primeiros filhos. O sesmeiro compareceu como proprietário de ao menos dezenove escravos, entre 1740 e 51.⁵⁸ Interessante assinalar que desses dezenove batismos apenas um envolveu um padrinho escravo de outro plantel, que foi justamente um cativo de João Pereira Lemos, em 1740. Durante décadas, mesmo morando em fazendas um pouco distantes (os Pereira Lemos em Irajá, e os Antunes Susano em Campo Grande), Manoel e seus filhos foram requisitados para padrinhos de alguns filhos e de escravos dos Pereira Lemos, prova da perenidade de sua relação de clientes, amigos ou aliados. Assim, o que se vê da situação dos Antunes Susano refletido nas parentelas rituais de seus escravos é um quadro de algum poder aquisitivo, mas ainda de poucas relações externas, excetuada a reiteração dos laços com a família Pereira Lemos.

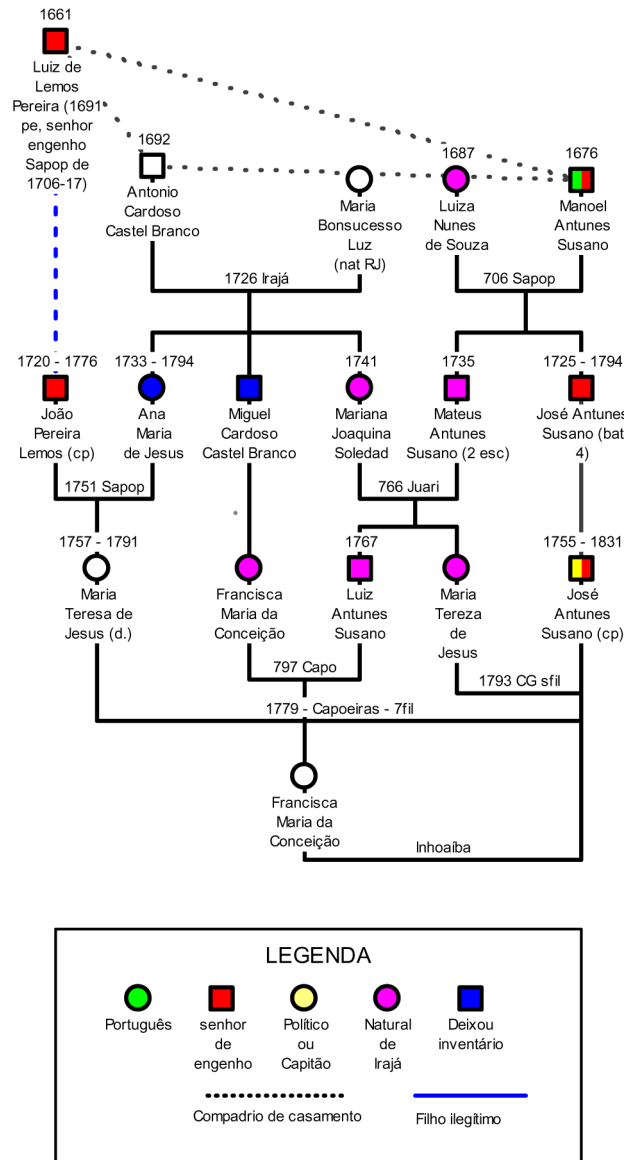
Os circuitos permaneceram separados – os Castel Branco, Nunes de Sousa e Pereira Lemos em Irajá e os Antunes Susano e Coelho Borges em Campo Grande – até que João Pereira Lemos comprou uma fazenda, em 1768, em Campo Grande, onde fundou uma capela e um engenho. Era a maior fazenda da região, com 3.690 braças de testada “*com seus respectivos sertões*”.⁵⁹ Em 1766, um dos filhos do sesmeiro Manoel Antunes Susano, Mateus, casara-se com Marianna Joaquina da Soledad, cunhada de João Pereira Lemos. O novo casal foi morar nas novas terras dos Pereira Lemos em Campo Grande.

Em 1779, Maria Teresa de Jesus, filha do capitão João Pereira Lemos, casou-se com José, neto do sesmeiro Manoel Antunes Susano, na capela do engenho de Sapopemba. Não sabemos onde se estabeleceram. Sem dúvida, terras não faltaram: podem ter permanecido em Sapopemba, com a família da noiva, podem ter migrado para Capoeiras, onde o sogro já tinha fundado engenho e capela, ou se estabelecido em terras da família do noivo. A filha do capitão João Pereira Lemos morreu de parto do seu sétimo filho, em 1791, mas, a partir de então, o capitão José Antunes Susano e seus filhos seriam co-

herdeiros dos Pereira Lemos. No inventário da avó e sogra, Ana Maria de Jesus, cada um dos seus sete filhos herdou 1.544.000 réis da herança da avó, somando 10.810.000 réis, e o próprio capitão José ficou com 34.071.064 réis em patrimônio, sobretudo o engenho integral da Fazenda das Capoeiras. Portanto, esse 'segundo escalão' dos herdeiros Pereira Lemos se misturou aos herdeiros Antunes Susano por várias gerações, nos desmembramentos da fazenda das Capoeiras.

DPM 6 – Trocas matrimoniais entre Antunes Susano e Pereira Lemos

Família Antunes Susano e Pereira Lemos - trocas matrimoniais



Fonte: Rheigantz 1965.

Nos lados de Sapopemba, o capitão João Pereira Lemos tinha recursos e possibilidades mais largos para o futuro de seus filhos. O herdeiro preferencial, João Pereira de Lemos e Faria, sucederia o pai em títulos e terras: seria capitão e senhor do engenho de Sapopemba, permanecendo em Irajá. Os dois outros irmãos, Francisco e José Joaquim, puderam se estabelecer em outros quinhões herdados em Cam-

po Grande, de forma a continuar como senhores de engenhos menores. A filha, Maria Tereza, foi casada com filho de sesmeiro, que já era capitão e mais tarde seria senhor de outro engenho em Campo Grande. Logo, a pujança econômica da família permitiu que todos os filhos reproduzissem sua condição senhorial, mas mesmo assim não prescindiu de alianças estratégicas que transbordassem as próprias terras e colocassem seus membros menos afortunados em sítios ou partidos vizinhos, ao mesmo tempo desafogando a sucessão da terra e ampliando redes sociais.

Já pelo lado dos Antunes Susano, que não era uma família nobre nem particularmente poderosa fora do contexto local, seus membros souberam também lidar com os recursos de que dispunham. Eles também se inseriram numa rede clientelar dirigida por um senhor mais poderoso, que foi selada e mantida através de compadrios e casamentos estratégicos. Eles não podiam invocar raízes familiares comuns nem eram tão próximos ao cotidiano dos Pereira Lemos, o que manteve por certo tempo congelada sua situação relacional. Mas, com o passar dos anos, acumularam recursos (entre eles a enorme sesmaria, uma larga descendência e vários pequenos engenhos) que os tornaram clientes estratégicos de Sapopemba. A evolução de sua condição pode ser percebida, por exemplo, na mudança de sua condição de padrinhos de escravos para padrinhos dos filhos do capitão Pereira Lemos, depois na troca de filhos para casamentos mais pobres e, por último, no casamento do neto do sesmeiro com a filha do capitão.

O estudo de estratégias matrimoniais de famílias da elite colonial nos mostra que, a cada geração, se reserva um dos filhos para o casamento com parentes, reiterando alianças anteriores, e outros para tecer novas alianças com outras famílias. Mais tarde, se reitera na pia batismal as alianças contraídas no matrimônio.⁶⁰ Em nosso caso, gostaríamos de reforçar os interesses e as conseqüências mais concretamente fundiárias ligadas às alianças entre essas duas famílias. Não estamos lidando apenas com um setor subalterno que sobrevive graças a favores e legados testamentários dos parentes mais abastados, mas efetivamente com alianças entre famílias proprietárias, que intercambiam recursos no tempo, e no espaço.

Maria Teresa deve ter aportado dote considerável, e seu casamento com o capitão José Antunes Susano seguramente foi vantajoso, em *status*, *terra* e dinheiro, para a família do noivo. Mas tal vantagem só foi possível naquele enlace porque, de longa data, as famílias haviam criado uma ponte entre si, pela qual transitavam também os membros mais pobres de ambas as parentelas. As trocas, aliás, continuariam no tempo, com os casamentos de Luiz Antunes Susano e Francisca (mãe), em 1797, e de José Antunes Susano (o mesmo capitão, viúvo) e Francisca (filha), em 1820 (além de muitos outros que presumimos, mas não encontramos os registros).

A relação entre os Antunes Susano e os Pereira Lemos reforça as teses sobre o *modus operandi* das alianças matrimoniais em sistemas não-igualitários de transmissão do patrimônio, em que as transações com a terra ou com os direitos sobre ela não são vistos como coisas isoladas, mas fazem parte de uma rede de reciprocidades generalizadas, que visam a igualdade, mas a longo prazo.⁶¹ Mas devemos acrescentar ao que já se sabe nossa pitada de novidade: os Antunes Susano souberam dispor da janela privilegiada aberta muitos anos antes em direção ao poderoso engenho de Sapopemba e, assim, a descendência do sesmeiro e as alianças patri-matrimoniais por ela tecidas foram fundamentais para a configuração da estrutura agrária da freguesia de Campo Grande.

Parte III – A estratégia: formação de redes clientelares intra e entre engenhos

Manoel Antunes Susano e Luiza Nunes de Souza, casados na capela de Sapopemba, em 1706, fazia parte da primeira geração de casais formados por moças pobres de Irajá e portuguesas que viriam a receber terras em Campo Grande. Geração essa que tinha perfil bastante marcado na primeira metade do século XVIII: ‘moças pobres de Irajá’, provavelmente irmãs ou de uma mesma parentela de lavradores de ascendência portuguesa, unindo-se a jovens promissores, quase todos chegados do Reino, com ou sem patentes, mas que pretendiam se estabelecer na freguesia, preferencialmente, como senhores de terras e escravos. De qualquer modo, esses jovens casais se diferenciavam dos ‘principais da terra’, que

também casaram suas filhas com jovens portugueses, mas se aproveitaram de uma leva anterior de jovens oficiais, e instalaram seus engenhos em outras paragens mais nobres, como Irajá, Marapicu e Jacarepaguá.⁶² Lá sim encontramos a verdadeira elite tupiniquim. Em Campo Grande, na falta de nobres, a instalação dos engenhos de açúcar contou com o empenho de jovens casais mais plebeus.

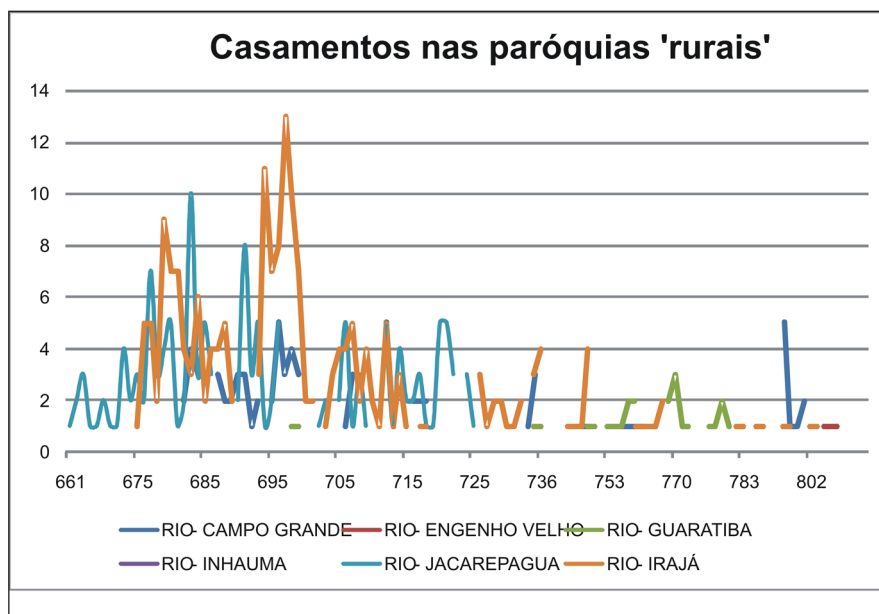
A primeira pergunta que poderíamos nos fazer é se certas escolhas matrimoniais se relacionavam mais diretamente à concessão de terras na colônia. Parece que sim. Em outro trabalho notou-se que, mais ao sul, também se verificou que as escolhas matrimoniais centradas num determinado perfil étnico – as açorianas – facilitavam o acesso à terra.⁶³ Pelo lado da família das noivas, mesmo pobres, todas escolheram como genros portugueses recém-chegados ou seus filhos.⁶⁴ Essas escolhas nos mostram, primeiro, a tosa tentativa de reconstrução das hierarquias sociais do Antigo Regime português, mesmo que num contexto de pobreza estrutural, fricções interétnicas – não esqueçamos que o número de mulheres nativas, africanas e crioulas aumentava mais rapidamente que o de brancas – e consequente carência de boas esposas. O leitor poderia argumentar que a preferência pelas moças de famílias portuguesas tenha sido apenas um *habitus*,⁶⁵ ou mesmo um preconceito racial, mas não claramente um indício da construção de hierarquias sociais na colônia. Contra essa ideia, os fatos falam por si: em nossa busca genealógica, que partiu justamente de quem havia conseguido se estabelecer em engenhos, confirmamos que apenas os rapazes portugueses casados com as moças locais de ascendência portuguesa se tornariam senhores de terras.

Outros portugueses que não adotaram a mesma orientação, isto é, cujos filhos não se casaram com moças de famílias portuguesas locais, ou cujas filhas não se casaram com filhos de conterrâneos, não se tornariam senhores de engenho. Seus descendentes seriam posseiros, situados ou moradores na região,⁶⁶ como as tantas outras filhas de lavradores portugueses que, casando-se com seus vizinhos ou primos do local, simplesmente não aparecem aos nossos registros. Mesmo assim, há que se notar a antiguidade e precedência histórica dessa camada de lavradores livres e pobres (brancos ou forros) na ocupação dos sertões de Campo Grande. Foi justamente do contato negociado entre eles e os futuros sesmeiros, ou colonos, que se moldaram as estratégias patri-matrimoniais de ambos.

Mas se ter uma esposa filha de portugueses parece ter sido importante para a formação do patrimônio senhorial em Campo Grande, não era tudo. Conforme o gráfico em que organizamos os locais dos casamentos nas paróquias, digamos, mais rurais, até o início do século XVIII (gráfico 1), vimos que era em Irajá que se celebravam a maior parte deles. O pico foi justamente nos últimos anos do século XVII e primeiros do século XVIII, coincidindo com a data e o local dos casamentos dos ‘pioneiros’ de Campo Grande, que vínhamos descrevendo. Mas por que Irajá, já que depois o jovem casal se estabelecería mais longe, em Campo Grande? Não foi coincidência, nem apenas uma questão de facilitar a chegada dos parentes da noiva à cerimônia...

A inserção dos jovens portugueses recém-chegados apenas em redes horizontais da família de sua esposa local, ou o suposto isolamento do casal recém-chegado dos circuitos de poder mais amplo, é apenas aparente. Além de trazerem do Reino sua bagagem familiar, às vezes os cargos e títulos de suas famílias, possivelmente traziam consigo também contatos e recomendações, sem os quais, provavelmente, não teriam conseguido concessões de terras do governo. Nesse caso, a escolha desses rapazes portugueses de se casarem em capelas de engenhos de Irajá com moças simples, mas também filhas de portugueses, é indicativo de suas estratégias. Infelizmente, Reighantz não armazenou os nomes dos padrinhos desses casamentos. Mas, contornando essa lacuna, entendemos que um casamento numa capela particular, no interior de um engenho – num momento em que já existia uma Igreja Matriz, na sede do povoado – pode ser indício de uma vinculação entre o proprietário e o casal de noivos. Olhando para esses senhores mais de perto, vemos que a maioria, além de serem capitães, sargentos-mor, coronéis, tenentes, doutores ou donas, recebiam em suas casas casais ‘de fora’ da família, que apadrinhavam. Acreditamos que os proprietários das capelas devem ter patrocinado esses casamentos – e muitos outros que não ficaram registrados nas fontes – como padrinhos. Todos, sem exceção, eram senhores de engenho.

Gráfico 1 – Casamentos nas Paróquias Rurais do Rio de Janeiro (1661 –1802)



Fonte: Rheingantz 1965.

O que esses dados significam? Primeiro que, com pretensões de senhores de engenho e mentalidade de Antigo Regime, os noivos portugueses estavam bastante conscientes da necessidade de se inserir numa rede de relações sociais, como já dissemos antes. Mas não bastava que essa rede fosse apenas composta pelos parentes e amigos de sua esposa local, pobres desconhecidos. Se a ‘moça de Irajá’ era pré-requisito para o pretendente a senhor estabelecer redes de reciprocidade ‘para os lados’ ou ‘para baixo’ – raízes locais –, não bastava enquanto fornecedora de capital simbólico. Nesse sentido, era preciso criar relações ‘para o alto’, ou seja, com pessoas de reconhecido prestígio que já ocupassem postos de destaque na vida da colônia, que pudessem ajudar, proteger ou apenas dar lastro ao *status* do novo casal.

Sem grandes recursos familiares, os rapazes portugueses sabiam, ou foram avisados, de que mesmo os seus empreendimentos agrícolas dependiam desses vínculos para se efetivarem, para não tratarmos aqui de outras pretensões. No entanto, trazendo consigo, no máximo, títulos familiares da baixa fidalguia portuguesa, ou patentes pequenas, eles não eram afortunados a ponto de se casarem com as ‘boas moças’ da nobreza local nem serem apadrinhados diretamente por altos funcionários do governo português, a elite dessas paragens. Casando-se com moças de poucos recursos, se esforçaram para ter padrinhos ao menos no segundo nível da hierarquia colonial: os senhores de engenho já estabelecidos, a nobreza da terra que, naquela época, concentrava seus empreendimentos açucareiros na freguesia de Irajá.

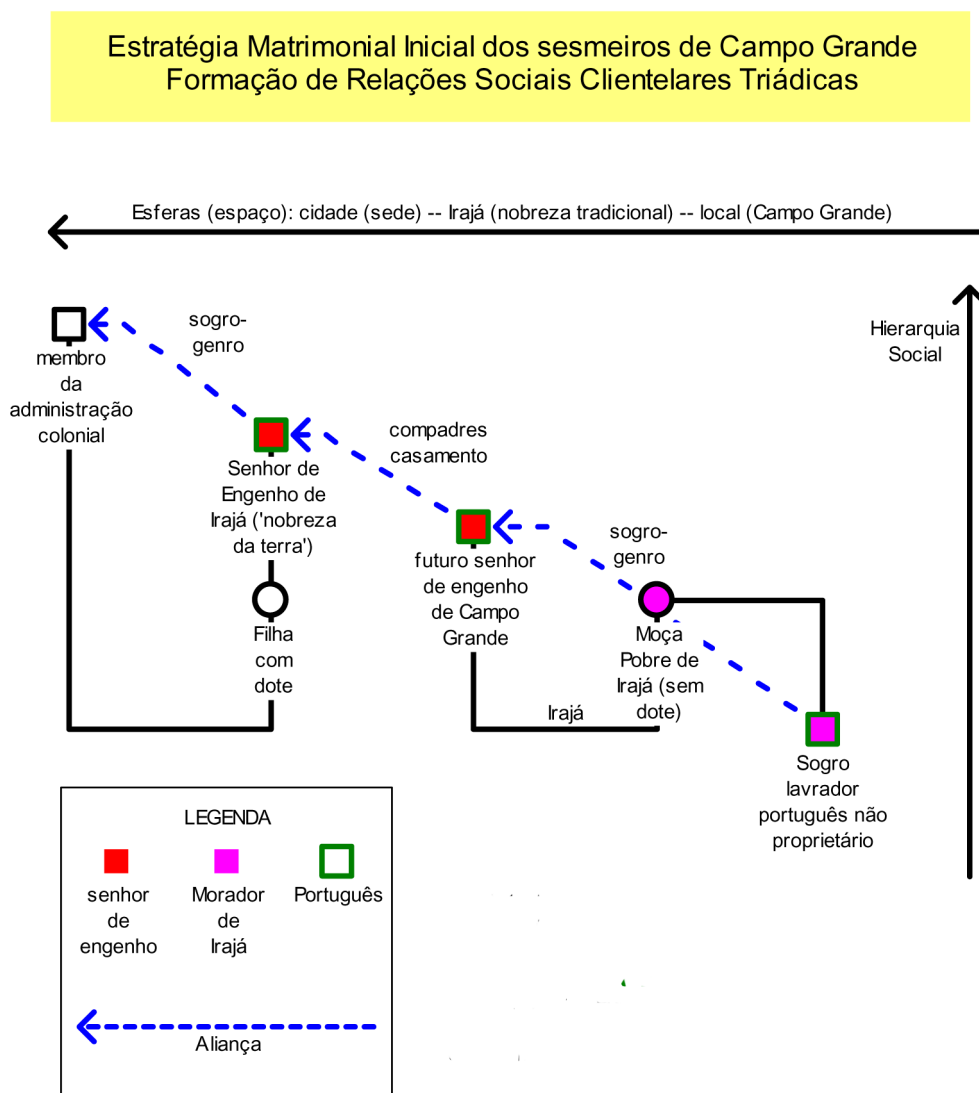
Em Irajá a dinâmica social já estava estruturada em torno das famílias tradicionais da colonização portuguesa, com hierarquias e redes de relações reconhecidas. Era nessa rede que esses jovens casais buscavam se inserir, casando-se na capela do Engenho de Sapopemba ou de outros. O senhor do engenho de Sapopemba não era o único que criava redes sociais a seu redor. Podemos comparar as famílias que se casaram na capela do Engenho de Sapopemba – Nunes de Souza, Castel Branco e Antunes Susano – com outra, também de lavradores pobres, que preferiu inserir-se em outra pirâmide clientelar: a família de Manoel Coelho Borges. As suas três filhas se casaram, em menos de dez anos, sucessivamente com o dono e com apadrinhados dos senhores do engenho dos Affonsos, mas também em Irajá.⁶⁷

Sobre os primeiros colonos que estabeleceram seus engenhos em Campo Grande, as dificuldades do meio físico por vezes nos criam uma imagem de homens ‘primitivos’, que viveram num contexto de dispersão, brutalidade e ‘instintos naturais’ indomados. Não nos deixemos enganar por ela. O casal que chegava àqueles sertões, aparentemente apenas com seus filhos pequenos e poucos cabedais, julgava poder contar, para além de seus escravos, com as diversas heranças materiais e imateriais que seriam acio-

nadas em momentos diversos: bênçãos, recomendações, padrinhos, sogros, dotes, heranças, mercês. Daí a importância de tecer ciosamente suas redes. Poderia se argumentar que a fundação de um engenho em meio à floresta tropical, nativos rebelados e mosquitos, dependia muito mais do empenho, da sorte e de investimentos pessoais do que de ‘costas quentes’. Se isso pode ser verdade, digamos, num filme de faroeste, não parecia ser numa sociedade em que a “política geria a economia”,⁶⁸ como a da colônia. Um esquema muito simplificado dessa estratégia inicial pode ser visto na figura 1.

Não conhecemos os detalhes da concessão das terras e dos engenhos de Campo Grande, mas sabemos, pelas fontes posteriores, que isso ocorreu, majoritariamente, entre os apadrinhados por senhores de Irajá. Ou seja, quase todos esses novos casais, sempre depois de seus casamentos, tiveram mais chances que outros de receber terras e formar engenhos, seguindo o percurso dos seus ‘patrocinadores’. Podemos dizer que a empresa colonizadora na freguesia de Campo Grande, empreendida a partir de meados do século XVIII, se fez como expansão e construção de redes densas⁶⁹ que sobrepujam relações de reciprocidade desiguais intra e entre parentelas (sanguínea, por casamento e ritual) às relações de produção (senhores estabelecidos, futuros senhores, sitiantes e seus escravos). Lançamos como hipótese que foi também a partir das escolhas desses jovens futuros senhores e sinhás e suas famílias, lastreadas nos diversos vínculos ciosamente cultivados, que se expandiram as redes verticais que sustentavam as hierarquias sociais da colônia nos territórios de ‘fronteira’, e que, portanto, a expansão da região colonial nada tinha de espontânea, isolada ou natural.

Figura 2 – Formação de Relações clientelares entre engenhos por meio de casamentos



Conclusão

Em seu trabalho mais conhecido, Giovanni Levi defendeu que não houve só grandes mudanças (políticas, tecnológicas ou institucionais) no Antigo Regime, mas que também as estruturas familiares, redes comunitárias, comportamentos econômicos e demográficos sofreram transformações.⁷⁰ A partir dessa dica, tentamos ver, no nível local do 'Antigo Regime nos Trópicos', a partir das decisões estratégicas dos sujeitos, como se teceram as redes de parentela que criaram e sustentaram a estrutura social e fundiária dos engenhos de cana da freguesia de Campo Grande até o início do século XIX. Deixamos claro que embora a divisão entre mundos de trabalho, sociedade e cultura numa sociedade tradicional seja questionável, utilizamos estes termos para dar conta de hierarquias e clivagens sociais amplamente verificadas e que efetivamente separavam os destinos de lavradores e senhores, portugueses e mestiços, moças pobres e moças nobres. Dos capitães, em suas casas-grandes, e dos fornecedores de cana, em suas bibocas.

Esmiuçando a relação entre os Pereira Lemos e os Antunes Susano, tentamos ver como se teceram alianças entre famílias senhoriais, de ascendências portuguesas e ligadas à produção do açúcar, e como elas intercambiaram recursos, terras e esposas no tempo e no espaço. Inicialmente, pretensões senhoriais de recém-chegados precisavam de apoio, proteção ou referências dos senhores mais bem estabelecidos. Nesse sentido, era preciso criar relações 'para o alto', ou seja, com pessoas de reconhecido prestígio que já ocupassem postos de destaque na vida da colônia. Não esqueçamos que a qualidade dos senhores se mostrava, também, na amplitude de sua rede clientelar e nas várias possibilidades que tinham de teatralizar sua generosidade para com parentes, afilhados e protegidos. Assim se hierarquizava a sociedade, se fixavam corretamente as expectativas de todos, diminuindo os sustos e as incertezas do cotidiano. Por outro lado, essas alianças acabavam criando uma ponte pela qual transitavam também os membros mais pobres de ambas as parentelas.

Mas nem só de senhores se construíam aquelas paragens. João Fragoso já nos apontava que a 'nobreza da terra' devia garantir o exercício do mando e a perpetuação das hierarquias que a beneficiavam, através de redes sociais cuidadosas, de práticas parentais e de alianças, mostrando a importância de dons e contradons com os chamados grupos subalternos.⁷¹ Parafraseando Giovanni Levi, essas estratégias 'de cima' engendrariam relações de reciprocidade necessárias para a manutenção de uma sociedade profundamente desigual.⁷² Evidenciando a idiosincrasia daquele contexto, filhos de senhores também casaram-se com filhas de lavradores do local. Nesse caso, bastante recorrente, os pais procuraram, para os filhos, as filhas oriundas das famílias com que haviam se casado na geração anterior, famílias pobres 'doadoras de mulheres'. Assim se explicaria, por exemplo, o casamento de várias gerações de moças pobres com senhores, que entraram no mesmo circuito matrimonial das mães. As 'moças pobres de Irajá', matriarcas de inúmeros clãs senhoriais, espalhadas pelos casamentos, sem dotes nem memórias próprias, mesmo assim conseguiram unir pontos inicialmente muito distantes na hierarquia social da colônia, como vimos no caso das irmãs Nunes de Souza e Coelho Borges.

Mas esses casamentos não foram fruto apenas da necessidade das famílias senhoriais darem um fim digno aos seus muitos filhos não herdeiros ou não sucessores, casando-os com lavradores vizinhos. Se esses grupos sociais apenas reproduzissem os esquemas hierárquicos que lhes eram atribuídos, perpetuariam a exploração e acumulação nas esferas econômicas e mercantis (no caso, o agro dos engenhos de açúcar), referendados, ou amaciados, por contradons, legados e benesses em outros planos, como o religioso ou o social. Diferente disso, acreditamos que a estabilidade de sítiantes em terras de outrem, sua convivência harmoniosa com os senhores de engenhos parentes e vizinhos, e mesmo a ascensão socioeconômica de alguns de seus membros tenham sido uma construção táctica deles próprios.

No caso do engenho de Sapopemba, vimos que a proximidade com o engenho, para os ramos de parentes pobres, funcionava, na melhor das hipóteses, como uma prerrogativa matrimonial que lhes garantia ao menos a preferência sobre outros pobres, no momento dos casamentos menos estratégicos de seus primos ricos. Tendo ainda alguma sorte, seriam afilhados dos últimos, o que lhes aumentaria a possibi-

lidade de ter um melhor casamento, trabalho e legados. De sua parte, eles foram sujeitos da sua própria história, ativando vínculos parentais longínquos para terem preferência matrimonial. Outras famílias pobres vizinhas, mesmo não aparentadas de seus senhores, também tentavam se aproximar da casa-grande: davam seus filhos para serem batizados pelo senhor, batizavam eles mesmos seus escravos, aproveitavam as oportunidades de casarem suas moças com membros menos cotados para a sucessão e, com sorte, paciência e bons serviços, manteriam os partidos de cana e as casas velhas construídas em terras de outrem, mas necessárias ao funcionamento do engenho. No pior dos cenários, esses lavradores pobres herdariam os pequenos sítios de seus pais pobres, direito de uso das terras que não lhes pertenciam mas que tradicionalmente lhes dava o estatuto de moradores das fazendas de seus parentes e compadres.

A partir dos casamentos desiguais, lavradores se tornariam parte da mesma família senhorial. Portanto, esses casamentos acrescentaram o elemento de ascensão social, mobilidade espacial e mesmo estabilidade da estrutura agrária, concentradora e excludente, na medida em que uniram na mesma ‘casa’ e nas mesmas terras, via parentela por aliança, grupos sociais inicialmente muito díspares, como lavradores e senhores de engenho. Por linhas tortas, algumas práticas e leis de uma sociedade estamental e excludente se traduziram em sítios, trabalho, casamento e alguma ascensão social para alguns lavradores, ou, em outras palavras, foram toscamente distribuídos recursos – terra e status – que seriam, *a priori*, monopólio das famílias senhoriais.

Notas

¹ Cf Pedroza 2008. Gostaríamos de agradecer especialmente ao professor João Frago, da UFRJ, por seu apoio na confecção desse trabalho, por nos ter disponibilizado a base de dados do LIPHS e pela participação na banca de defesa; ao professor Christian Dessureault, supervisor atual de nosso estágio de pós-doutorado na Universidade de Montréal, por ter nos apresentado e discutido conosco a historiografia mais ampla sobre o tema e ter concedido tempo e as condições para que escrevêssemos este trabalho; e ao parecerista da *Revista Topoi*, pelas valiosas contribuições para o aprimoramento deste texto.

² Cf Levi 2003, artigo que pode ser encontrado em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/137/13709510.pdf>.

³ Cf Barth 2000, 1981, 1983.

⁴ Cf Rheingantz 1965, pp. 395, Tomo II.

⁵ Cf Mattos 1987, Capítulo: A Moeda Colonial.

⁶ Não custa lembrar que a discussão sobre os ‘sertões’ está estreitamente ligada à de ‘fronteira aberta’. Ambos não são dados do mundo físico, mas processos sociais. No Brasil, as “terras livres” foram produto de relações de força, com a expulsão, extermínio ou genocídio da população nativa. No Rio de Janeiro, uma das primeiras formas de benefício solicitadas pelos conquistadores e seus descendentes foram braços e terras, os primeiros tornados cativos, e as segundas, livres, transformados respectivamente em “presas de guerra” e nas maiores sesmarias. Embora esse processo tenha se reproduzido em outras áreas, no tempo, na freguesia de Campo Grande não temos mais notícia da presença de nativos, em aldeias, ou de escravos aquilombados, a partir do século XVIII. Cf Frago 2000, 2006, p. 6; Martins 1997; Mattos 1987 p. Capítulo: A moeda colonial; MOTTA 1998; SILVA 1981.

⁷ Discussão mais aprofundada do conceito de ‘sertões cariocas’ pode ser encontrada em Pedroza 2003, Capítulo II Ver também Franco 2005; Fridman 1999; Santos 2005.

⁸ Cf Rheingantz 1965.

⁹ Os registros utilizados neste artigo foram pinçados de uma amostragem maior que compreende a totalidade de ACARJ, AP-337 e AP-343.

¹⁰ Arquivo Nacional. Fundo: Inventários (código 3J). Falecidos: Miguel Cardoso Castel Branco. Ano 1797. Notação 8993, e Ana Maria de Jesus. Inventariante: João Pereira Lemos. Ano 1795. Notação 10, caixa 3636.

¹¹ AGCRJ, Documento notação 68-3-75 e seguintes.

¹² Ordenações Filipinas, Rio de Janeiro. Editor Cândido Mendes de Almeida. 1870. livro 4. O texto integral das Ordenações pode ser acessado no sítio <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.

¹³ O conteúdo integral do Almanak Laemmert, anos de 1844 a 1889, está acessível no sítio <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>.

- ¹⁴ Cf Levi 1981.
- ¹⁵ Cf Bourdieu 1990, pp. 81-82.
- ¹⁶ Cf Levi 2000, p. 98.
- ¹⁷ Levi *apud* Ferrante, 1984, p. 613.
- ¹⁸ Cf Fontaine 1995.
- ¹⁹ Cf Levi 1990 p. 571.
- ²⁰ Gudeman discute minuciosamente a história e antropologia ligadas à instituição social do compadrio de batismo católico. Martha Hameister realiza a mesma tarefa com ênfase específica para sua construção no “Antigo Regime dos Trópicos” e no Brasil Colonial. Como esta não é a discussão central do nosso artigo, convidamos o leitor interessado a se reportar a essas obras. Cf Gudeman 1971, 1975; Gudeman 1988; Hameister 2006.
- ²¹ LEVI 1990. Os seguintes artigos foram discutidos por Giovanni Levi: Ago 1988; Bigi 1981; Delille 1988; Levi 1985; Poni 1982 Citamos também, sobre o mesmo assunto, Ago 1986; Fontaine 1989; Gribaudo 1986; Raggio 1986; Torre 1986a; Torre 1986b.
- ²² Cf Rutman 1986 Ver também, como revisão de bibliografia a respeito, em Craig 1990.
- ²³ Cf Bouchard 1986.
- ²⁴ Cf Dessureault 2001.
- ²⁵ Cf Lewin 1993, p. 22.
- ²⁶ Cf Fragoso 2002a, 2007, 2000, 2003, 2006.
- ²⁷ Cf Fragoso 2006.
- ²⁸ Cf Fragoso 2000.
- ²⁹ Cf Rheingantz 1965, pp. 395, Tomo II.
- ³⁰ Cf Rheingantz 1965, p. 394.
- ³¹ O padre Luiz de Lemos Pereira era tio do capitão-mor Manuel Pereira Ramos. Cf Rheingantz 1965 pp. 395, Tomo II Sobre o processo em que os herdeiros do capitão reconhecem João Pereira Lemos como seu parente, ver BN. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.
- ³² ACARJ, AP 343: folhas 13-frente, 9-frente, 15-frente, 20-frente, 21-verso, 32-verso, 38-frente, 48-verso, 51-frente, 59-verso, 69-frente, 68-frente, 76-frente, 80-frente, 75-frente, 81-frente, 83-frente, 84-frente, 89-verso, 87-verso, 92-frente, 94-verso, 93-frente, 96-verso, 99-verso, 102-frente, 102-verso, 104-frente, 110-verso, 109-verso, 112-frente, 111-frente, 113-frente, 118-verso, 120-frente.
- ³³ O objetivo deste artigo não é a análise mais aprofundada do fenômeno do compadrio entre escravos. Para uma discussão mais bem qualificada sobre esse assunto, ver Hameister 2006 e Fragoso 2006.
- ³⁴ ACARJ, AP 343, folhas 39-verso, 33-frente.
- ³⁵ ACARJ, AP 343, folhas 39-verso, 33-frente, 15-verso, 2-frente, 39-verso, 33-frente, 70-frente, 75-frente, 97-verso.
- ³⁶ Cf Costa 1988, p. 113; Fragoso 2002b, p. 9; Sampaio 2003, pp. 98-99.
- ³⁷ Eram duas filhas do mesmo senhor de engenho, Gaspar Pereira de Carvalho. Cf Rheingantz 1965 pp. 71-2, Tomo II.
- ³⁸ Da Vide 1707. Há exemplar disponível no sítio http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/tesouros_da_cidade/index.php?p=1096.
- ³⁹ HAMEISTER, 2006, pp. 120-121. Sobre esse tema, ver também Silva 1984.
- ⁴⁰ As Ordenações Filipinas, vigentes no império português a partir de 1603, sancionavam o costume de que os casamentos fossem contratos de meação, ou seja, que o casal partilhasse todos os seus bens. Cf. Ordenações Filipinas, Rio de Janeiro. Editor Cândido Mendes de Almeida. 1870. Livro 4, título XCIV: Como o marido ou mulher casados sucedem hum ao outro; e Título XLVI: Como o marido e mulher são meeiros em seus bens. (p. 832).
- ⁴¹ AN. Fundo Inventários. Nome: Ana Maria de Jesus. Inventariante: João Pereira Lemos. Ano 1795. Notação 10, caixa 3636.
- ⁴² ACARJ, AP 343, folha 51-frente.

- ⁴³ ACARJ, AP 343, folha 92-frente.
- ⁴⁴ ACARJ, AP 343, folha 68-frente.
- ⁴⁵ AN. Fundo Inventários. Nome: Miguel Cardoso Castel Branco. Ano 1797. Notação 8993.
- ⁴⁶ Aliás, como fizeram a própria Ana Maria de Jesus, em 1751 e Emerenciana, filha do irmão dela, que se casaria com o primo José Joaquim, filho de Ana Maria de Jesus, herdeiro e senhor da Fazenda Tingui, em Campo Grande, em 1799 (Essa é a data de batismo do primeiro filho do casal, que não deve se distanciar muito de seu casamento). Cf ACARJ, AP 287 (1795 a 1804), folhas 60 e 60 verso.
- ⁴⁷ FRAGOSO 2002b, p. 47.
- ⁴⁸ FRAGOSO 2006; SAMPAIO 2003, Introdução.
- ⁴⁹ “O conjunto das famílias senhoriais privilegiava os seus rebentos femininos nas alianças matrimoniais. Daí a magnitude dos dotes recebidos pelos noivos, de seus sogros. (...) Esses números falam por si da importância das noivas nos acordos políticos, e mais, do impacto destes no funcionamento da economia considerada. (...)” Cf Fragoso 2003, pp. 10-11.
- ⁵⁰ ACARJ, AP 343, folhas 69-verso, 49-frente, 49-frente, 53-frente, 46-verso, 108-frente, 33-verso, 52-frente.
- ⁵¹ FRAGOSO 2002b, p. 53.
- ⁵² Cabe lembrar que o fato das crianças serem ‘naturais da freguesia de Irajá’ não permite uma localização mais precisa da residência desse casal, pois à época a freguesia compreendia os atuais bairros de Irajá e Campo Grande, Jacarepaguá, Engenho Velho, Inhaúma, Realengo, Madureira, Anchieta, Pavuna, Penha e Piedade. Cf www.ids.org.br/files/Cronologia_III.pdf e Rheingantz 1965.
- ⁵³ Na década de 1740, um padre chamado Francisco Nunes de Souza apareceu como proprietário de ao menos dez escravos nos registros de batismo de escravos de Irajá. Ele seria filho de Manoel Nunes de Souza, batizado em 1693. Cf Rheingantz 1965 pp. 107 a 114, Tomo II; ACARJ. Livro de registro de batismos de livres, Freguesia de Campo Grande, p. 59-frente; ACARJ, AP 343, folhas 52-frente, 27-verso, 80-verso, 89-verso, 107-verso, 105-frente; e Livro de Batismo de Livres de Irajá, folhas 94-frente e 106-frente.
- ⁵⁴ João Affonso de Oliveira, casado em segundas núpcias com Antônia, filha de Manoel Coelho Borges, havia recebido como meação de sua primeira esposa um engenho em Irajá que seria mais tarde conhecido como ‘dos Affonsos’. Cf Rheingantz 1965, pp. 19, Tomo I. Antônio Fernandes Valqueire, noivo de Feliciano, outra filha de Manoel, tinha apenas 15 anos de idade, e sua noiva 21, quando se casaram, pista de um casamento arranjado. Ele mais tarde fundaria o engenho do Valqueire. Cf Rheingantz 1965, pp. 111, Tomo II, e Fridman 1999, p. 174. Sobre o outro genro de Manoel Coelho Borges, sabemos apenas que era português, viúvo, e que se casou na Capela do Engenho dos Affonsos.
- ⁵⁵ ACARJ, AP Irajá 1740-1759, folhas 2-frente, 7-verso, 12-verso, 53-frente, 69-verso e 78-frente.
- ⁵⁶ Almanak Laemmert 1850 – Suplemento, pág. 43. Almanak Laemmert, 1851 – Província do Rio de Janeiro, pág. 113. Almanak Laemmert, 1852, Província do Rio de Janeiro, pág. 84. AGCRJ 68-3-75: LRT, p. 4.
- ⁵⁷ HAMEISTER 2006, p. 309.
- ⁵⁸ ACARJ, AP Irajá 1740-59, folhas 3-frente, 12-verso, 15-verso, 20-frente, 25-frente, 24-frente, 33-verso, 38-verso, 38-verso, 36-frente, 40-verso, 43-verso, 48-verso, 44-verso, 53-frente, 61-verso, 59-verso e 72-frente.
- ⁵⁹ AN. Fundo Inventários. Nome: Ana Maria de Jesus. Inventariante: João Pereira Lemos. Ano 1795. Notação 10, caixa 3636.
- ⁶⁰ FRAGOSO 2003; HAMEISTER 2006, p. 265.
- ⁶¹ DEROUET 2001.
- ⁶² Essa ‘nobreza da terra’ foi o objeto de estudo de João Fragoso. FRAGOSO 2007, 2000, 2003, 2006. Sobre a ‘elite’ de Irajá, ver Coaraci 1944, p. 124.
- ⁶³ “Encontram-se registrados nas datas de terras do Rio Grande de São Pedro alguns homens que não procediam dos Açores e solicitavam uma porção de terras por serem casados com “viúva de casal”. Também são recorrentes os pedidos de terra para homens casados com “filhas de casal” ou “agregadas de casal. Isso ressalta o “valor” dessas “açorianas” em uma escolha matrimonial no extremo-sul. Através do matrimônio com algumas delas, homens viram-se habilitados a uma mercê régia, sob forma de terras e outros incentivos”. HAMEISTER 2006, p. 177.
- ⁶⁴ Essas conclusões foram tiradas a partir de Rheingantz 1965 com as informações que podem ser disponibilizadas a partir dos registros de casamento e batismo: local e data do nascimento e do casamento, naturalidade e profissão dos noivos, pais e sogros.
- ⁶⁵ Usamos aqui o termo conforme cunhado por Bourdieu, “produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social e particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância”. BOURDIEU 1990, pp. 81-82.

- ⁶⁶ “O lavrador independente, sem títulos de concessão, sem recurso para construir engenhos, apegava-se à terra, à margem da lei, fazendo da posse, do fato da exploração agrícola, seu direito”. FAORO 1958, p. 62.
- ⁶⁷ RHEINGANTZ 1965, pp. 111, Tomo II.
- ⁶⁸ Essa é a tese clássica de João Fragoso a respeito da economia colonial. Segundo ele, o funcionamento da economia colonial não era ditado apenas pela oferta e pela procura, mas também pela política. “A Câmara, os officios da coroa e as mercês, em geral, criavam para seus titulares possibilidades de acumulação de riquezas à margem da produção e do comércio.” Para o caso específico dos engenhos de açúcar do Rio de Janeiro, Cf Fragoso 2003, p. 5 e, para visão mais geral, Fragoso 1998.
- ⁶⁹ Usamos a noção de ‘rede social densa’ como um similar menos abrangente do conceito de ‘rede social total’ proposto por Barnes 1969.
- ⁷⁰ LEVI 2000, p. 43.
- ⁷¹ FRAGOSO 2002b, p. 47.
- ⁷² LEVI 2002.

Referências Bibliográficas

- AGO, Renata. Conflitti e politica nel feudo: le campagne romane del Settecento. *Quaderni Storici*, v. XXI, nº 63, pp. 847, 1986.
- _____. *Un feudo esemplare: immobilismo padronale e astuzia contadina nel Lazio del '700*. Roma: Schena editore, 1988.
- BARNES, J. A. “Networks and Political Process”. In: MITCHELL, J. Clyde. *Social Networks in urban situations*. Manchester: Manchester University Press, 1969.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-capta, 2000.
- _____. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- _____. *Sohar, culture and Society in an Oman Town*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1983
- BIGI, Patrizia; RONCHI, Anna; ZAMBRUNO, Elisabeta. Demografia differenziale di un villaggio alessandrino: dall'analisi quantitativa alle storie di famiglia. *Quaderni Storici*, v. XVI, nº 46, pp. 11, 1981.
- BOUCHARD, Gérard. La dynamique communautaire et l'évolution des sociétés rurales québécoises aux 19e et 20e siècles. *RHAF: Revue d'Histoire de l'Amérique Française*, v. 40, nº 1, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. “Das regras às estratégias”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- COARACI, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- COSTA, Iraci. Notas sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 28 1988.
- CRAIG, Béatrice. Pour une approche comparative de l'étude des sociétés rurales nord-américaines. *Histoire Sociale – Social History*, v. XXIII, nº 46, 1990.
- DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.
- DELILLE, Gérard. *Famille et propriété dans le Royaume de Naples (XVe-XIXme siècles)*. Rome-Paris: École Française de Rome, 1988.
- DEROUET, Bernard. Parenté et marché foncier a l'époque moderne: une reinterprétation. *Annales HSC*, nº 2, 2001.
- DESSUREAULT, Christian. Parenté et stratification sociale dans une paroisse rurale de la vallée du Saint-Laurent au milieu du XIXe siècle. *RHAF: Revue d'Histoire de l'Amérique Française*, v. 54, nº 3 2001.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.
- FERRANTE, Lucia. Strutture o strategie? Discussione sulla storia della famiglia. *Quaderni Storici*, v. XIX, nº 56, pp. 613, 1984.
- FONTAINE, Laurence. Affaire di stato, affari di famiglie. Politica anti-protestante, strategie private e vita comunitaria in una valle alpina nel XVII secolo. *Quaderni Storici*, v. XXIV, nº 72, pp. 849, 1989.

- _____. Devoluzione dei beni nelle valli alpine del Delfinato (XVII-XVIII secolo). *Quaderni Storici*, v. XXX, nº 88, pp. 135, 1995.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Afogando em nomes: temas e experiências da história econômica. *TOPOI: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, v. dezembro, pp. 41-70, 2002a.
- _____. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do Engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700 – 1760). Trabalho apresentado em XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, São Leopoldo, RS 2007.
- _____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *TOPOI: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, v. 1, pp. 45-122, 2000.
- _____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro (século XVII). Algumas notas de pesquisa. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, v. 8, nº 15, pp. 11-35, 2003.
- _____. Para que serve a história econômica. *Estudos Históricos*, v. 29, 2002b.
- _____. Principais da terra, escravos e a república: o desenho da paisagem agrária do Rio de Janeiro seiscentista. *Ciência e Ambiente*, v. 33, 2006.
- FRANCO, J. L. de A; DRUMMOND, J. A. Armando de Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. *História, Ciências, Saúde*, v. 12, nº 3, 2005.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- GRIBAUDI, Gabriella. Gruppi familiari, legittimazione politica e rappresentazioni sociali a Velia, 1890-1930. *Quaderni Storici*, v. XXI, nº 63, pp. 897, 1986.
- GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. Trabalho apresentado em Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland 1971.
- _____. Spiritual Relationship and Selecting Godparent. *New Series*, v. 10, nº 2, 1975.
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVII”. In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-63)*. Tese de doutorado apresentada ao PPG História da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto: tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Torino: Rosenberg and Sellier, 1981.
- _____. Family and kin: a few thoughts. *Journal of Family History*, v. 15, nº 4, 1990.
- _____. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Reciprocidad mediterránea. *Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, nº 7, 2002.
- _____. “Un cavaliere, un oste e un mercante: terra e rapporti sociali in una comunità piemontese del Settecento”. In: LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto: ter saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Torino: Rosenberg and Sellier, 1985, pp. 151-226.
- _____. Un problema de escala. *Relaciones: Revista de El Colegio de Michoacán*, v. 24, nº 95, 2003.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec 1987.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional*. Tese de doutorado apresentada ao PPG de Ciências Sociais da UNICAMP, Campinas, 2008.

- _____. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPG História da UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- PONI, Carlo. *La famiglia contadina e il potere in Emilia Romagna in Fossi e cavedagne benedicon le campagne*. Bologna: Il Mulino, 1982.
- RAGGIO, Osvaldo. La politica nella parentela. Conflitti locali e commissari in Liguria orientale (secoli XVI-XVII). *Quaderni Storici*, v. XXI, nº 63, pp. 721, 1986.
- RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- RUTMAN, Darret B. Assessing the little communities of Early America. *William and Mary Quarterly*, nº 43, 1986.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SANTOS, Leonardo Soares. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPG História da UFF, Niterói, 2005.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Camponeses e criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPG História da UFF, Niterói, 1981.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 1984.
- TORRE, Angelo. Faide, fazioni e partiti, ovvero la ridefinizione della politica nei feudi imperiali delle Langhe tra Sei e Settecento. *Quaderni Storici*, v. XXI, nº 63, pp. 775, 1986a.
- TORRE, Angelo; LOMBARDINI, Sandro; RAGGIO, Osvaldo. Conflitti locali e idiomi politici: Premessa. *Quaderni Storici*, v. XXI, nº 63, pp. 681, 1986b.

RESUMO

Este artigo tenta compreender as relações dinâmicas entre estratégias familiares e produção agrícola no século XVIII. Nosso objetivo é ver como algumas famílias mobilizaram estrategicamente os recursos mais ou menos limitados de que dispunham para consolidarem redes sociais muito particulares em torno dos engenhos de cana-de-açúcar. Trabalhamos com os conceitos de redes de parentela, famílias e estratégias em nível local, segundo metodologia da microanálise. Nosso objeto são alguns casais que se casaram na capela do Engenho de Sapopemba, na freguesia de Irajá, no Rio de Janeiro, e nossa fonte principal são registros de batismo, casamento e óbito. Tentaremos comprovar que existiam trocas socialmente interessadas entre parentes consanguíneos, por casamento e por compadrio, e que alguns 'casamentos desiguais' foram o ponto de partida de um vínculo estratégico em termos de terra e trabalho entre lavradores e senhores, criando pontes entre o mundo do trabalho, da terra e da parentela.

Palavras-chave: redes sociais; redes de parentesco; produção agrícola; Rio de Janeiro; século XVIII.

ABSTRACT

This article focuses on the dynamics between family strategies and agricultural production. Our objective is to analyze how some families strategically mobilized their more or less limited resources to consolidate very particular kinship networks centered on sugar mills masters. We use the concepts of kinship networks, families and local-level strategies, based on micro analytic methodology. The study is based on some couples who were married in the Sapopemba sugar mill Chapel, in the civil parish of Irajá, in Rio de Janeiro, in the beginnings of the 18th century. Our main sources are parish records (weddings, baptisms and lands). We try to show the strategic exchanges among consanguineous, matrimonial and ritual kin, and that some 'unequal marriages' would have been the starting point of a strategic bond between agricultural workers and land holders, thereby creating bridges between the world of the work, land use and kinship.

Keywords: social networks; kinship networks; agricultural production; Rio de Janeiro; XVIII Century.